
MIGRAÇÃO PORTUGUESA NO REINO UNIDO:
QUE FUTURO COM O *BREXIT*?

Beatriz de Pinho Leite

Dissertação

Mestrado em Economia e Gestão Internacional

Orientado por:

Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

2021

Agradecimentos

Perante um ano tão atribulado para mim, a diferentes níveis, o término desta dissertação apenas se deveu ao apoio incondicional da minha família – Dalila, Susana e Albertino.

Para além disso, agradeço à Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos por me orientar com tanta disponibilidade e franqueza

Adicionalmente, expresso também a minha gratidão aos meus amigos de curso – Bea, Ana, Luís e Rui, e à minha amiga da vida – Diana, por me apoiarem ao longo desta jornada.

Abstract

The transitional period of disintegration of the United Kingdom from the European Union ended on the 31st of december of 2020, meaning that the existing freedom for the movement of EU citizens in this territory no longer exists. Consequently, the dynamics and possibilities of migration in the United Kingdom are changing. This study analyzes the future of Portuguese migration in the United Kingdom, in particular the migratory intentions of portuguese residents established there, given the expected changes in the status of the immigrant. The Portuguese case studies carried out so far were done in periods prior to the implementation of Brexit, so the present investigation intends to update the existing body of knowledge in this area. Through the dissemination of an online questionnaire survey, which was answered by 502 Portuguese migrants in the United Kingdom, results were obtained indicating the little or no significant impact of *Brexit* on their future migratory intentions.

Keywords: International Migration, Brexit, Migration Drivers, Labour Migration, United Kingdom and European Union

JEL-codes: F22, O15, J61, J24

Resumo

O período transitório de desintegração do Reino Unido da União Europeia terminou no passado dia 31 de dezembro de 2020, significando que a liberdade existente relativa à circulação de cidadãos da UE no território em causa deixou de existir. Consequentemente, as dinâmicas e possibilidades migratórias no Reino Unido sofrem alterações. O presente estudo analisa o futuro da migração portuguesa no Reino Unido, em particular as intenções migratórias dos residentes já lá estabelecidos, perante as expectáveis alterações de estatuto do imigrante. Os estudos do caso português realizados até então foram concretizados em períodos anteriores à efetivação do Brexit, pelo que a presente investigação pretende atualizar o corpo de conhecimento existente neste âmbito. Através da disseminação de um inquérito por questionário *online*, o qual foi respondido por 502 migrantes portugueses no Reino Unido, obtiveram-se resultados indicativos do impacto pouco ou nada significativo do *Brexit* nas suas intenções migratórias futuras.

Palavras-chave: Migração Internacional, Brexit, Impulsionadores Migratórios, Migração Laboral, Identidade, Reino Unido e União Europeia

Códigos JEL: F22, O15, J61, J24

Índice de Conteúdos

Agradecimentos	i
Abstract.....	ii
Resumo	iii
Índice de Gráficos	vi
Índice de Tabelas	vii
Lista de Acrónimos e Siglas	x
1. Introdução	1
2. Revisão de Literatura	3
2.1. Migração.....	3
2.1.1. Conceitos Básicos	3
2.1.2. Impulsionadores da Migração	4
2.1.3. Potencialidades da Migração	8
2.2. A Integração do Reino Unido na UE.....	11
2.2.1. Introdução à UE	11
2.2.2. A Adesão do Reino Unido à UE	12
2.3. A Desintegração do Reino Unido da UE	13
2.3.1. <i>Brexit</i> e seus Precedentes.....	13
2.3.2. <i>Brexit</i> e a Imigração.....	14
2.4. As Migrações Portuguesas.....	15
2.4.1. Rotas Migratórias dos Séculos XIX e XX.....	16
2.4.2. Novas Rotas Migratórias do Século XXI	18
2.4.2.1. Formação Superior e as Novas Rotas Migratórias do Século XXI	19
2.5. Migrantes Portugueses no Reino Unido.....	21
2.5.1. Estatísticas Relevantes – Séries Anuais.....	21
2.5.2. Estatísticas Relevantes – Censos 2011.....	23

2.6. Estudos do Caso Português	23
2.6.1. Moreh et al. (2016)	24
2.6.2. Rocha et al. (2020)	25
3. Metodologia	28
3.1. Inquérito por Questionário <i>Online</i>	28
4. Apresentação e Discussão dos Resultados	31
5. Conclusões	45
Referências Bibliográficas	47
Anexos	53
Anexo I – Inquérito por Questionário <i>Online</i>	53
Anexo II – Resultados do Inquérito por Questionário <i>Online</i>	68

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Crescimento nas horas trabalhadas, força de trabalho nativa e agregada, 1990-2015	9
Gráfico 2 – Plano de 5 anos e ações, no caso do <i>Brexit</i>	24
Gráfico 3 – Planos dos portugueses emigrados no Reino Unido, até março de 2019	26
Gráfico 4 – Caracterização da amostra, por naturalidade.....	31
Gráfico 5 – Caracterização da amostra, por género e faixa etária	32
Gráfico 6 – Caracterização da amostra, por faixa etária e habilitações literárias.....	34
Gráfico 7 – Caracterização da amostra, por rendimento anual individual.....	37
Gráfico 8 – Caracterização da amostra, por meio de sustento no Reino Unido.....	37
Gráfico 9 – Caracterização da amostra, por tempo previsto de permanência dos inquiridos que tencionam ficar no Reino Unido	42

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Fatores determinantes para a migração (nível macro, meso e micro)	6
Tabela 2 – Caracterização da amostra, por fatores de repulsa a Portugal e por fatores de atração ao Reino Unido	35
Tabela 3 – Caracterização da amostra, por intenção de voto no Referendo de 2016 e habilitações literárias.....	39
Tabela 4 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e perceção de discriminação.....	40
Tabela 5 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e perceção de discriminação.....	41
Tabela 6 – Caracterização da amostra, por solicitação do estatuto de residente permanente definitivo e provisório.....	43
Tabela 7 – Caracterização da amostra, por solicitação de cidadania britânica.....	43
Tabela 8 – Caracterização da amostra, por naturalidade	68
Tabela 9 – Caracterização da amostra, por nacionalidades	68
Tabela 10 – Caracterização da amostra, por género.....	68
Tabela 11 – Caracterização da amostra, por faixa etária.....	68
Tabela 12 – Caracterização da amostra, por género e faixa etária.....	68
Tabela 13 – Caracterização da amostra, por estado civil	69
Tabela 14 – Caracterização da amostra, por estado civil e género	69
Tabela 15 – Caracterização da amostra, por número de filhos e sua naturalidade	69
Tabela 16 – Caracterização da amostra, por número de filhos e sua naturalidade e estado civil	69
Tabela 17 – Caracterização da amostra, por naturalidade do cônjuge ou indivíduo com quem há união de facto.....	69
Tabela 18 – Caracterização da amostra, por habilitações literárias	70
Tabela 19 – Caracterização da amostra, por género e habilitações literárias	70

Tabela 20 – Caracterização da amostra, por faixa etária e habilitações literárias	70
Tabela 21 – Caracterização da amostra, por domínio da língua inglesa	70
Tabela 22 – Caracterização da amostra, por percurso migratório passado.....	71
Tabela 23 – Caracterização da amostra, por destinos migratórios passados	71
Tabela 24 – Caracterização da amostra, por menor, maior e mais frequente ano de chegada ao Reino Unido.....	71
Tabela 25 – Caracterização da amostra, por ano de chegada ao Reino Unido.....	71
Tabela 26 – Caracterização da amostra, por país de residência no Reino Unido	72
Tabela 27 – Caracterização da amostra, por região de residência em Inglaterra.....	72
Tabela 28 – Caracterização da amostra, por distrito de residência na Escócia	72
Tabela 29 – Caracterização da amostra, por distrito de residência na Irlanda do Norte	73
Tabela 30 – Caracterização da amostra, por distrito de residência no País de Gales	73
Tabela 31 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual.....	73
Tabela 32 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual e habilitações literárias.....	73
Tabela 33 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual e faixa etária	73
Tabela 34 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual e género	74
Tabela 35 – Caracterização da amostra, por pertença à população ativa ou inativa.....	74
Tabela 36 – Caracterização da amostra, por modo de sustento no Reino Unido.....	74
Tabela 37 – Caracterização da amostra, por modo de sustento no Reino Unido e pertença à população ativa ou inativa	74
Tabela 38 – Caracterização da amostra, por relações económicas mantidas com Portugal.	74
Tabela 39 – Caracterização da amostra, por situação profissional.....	74
Tabela 40 – Caracterização da amostra, por língua de trabalho utilizada.....	75
Tabela 41 – Caracterização da amostra, por setor económico laboral	75
Tabela 42 – Caracterização da amostra, por nível profissional.....	75

Tabela 43 – Caracterização da amostra, por habilitações literárias e nível profissional	76
Tabela 44 – Caracterização da amostra, por intenção de voto no Referendo de 2016	76
Tabela 45 – Caracterização da amostra, por intenção de voto no Referendo de 2016 e habilitações literárias.....	76
Tabela 46 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e percepção de discriminação.....	77
Tabela 47 – Caracterização da amostra, por sentimento de mudança sentido em 2021 com a efetivação do <i>Brexit</i>	77
Tabela 48 – Caracterização da amostra, por previsão de permanência no Reino Unido, à chegada.....	78
Tabela 49 – Caracterização da amostra, por intenções migratórias atuais	78
Tabela 50 – Caracterização da amostra, por intenções migratórias atuais dos inquiridos que tencionam deixar o Reino Unido	78
Tabela 51 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e percepção de discriminação e intenções migratórias atuais	78
Tabela 52 – Caracterização da amostra, por previsão atual de permanência no Reino Unido	79
Tabela 53 – Caracterização da amostra, por faixa etária e previsão atual de permanência no Reino Unido	79
Tabela 54 – Caracterização da amostra, por habilitações literárias e previsão atual de permanência no Reino Unido	79
Tabela 55 – Caracterização da amostra, por conhecimento do estatuto de residente (no âmbito do <i>EU Settlement Scheme</i>)	79
Tabela 56 – Caracterização da amostra, por solicitação de cidadania britânica	79
Tabela 57 – Caracterização da amostra, por sentimentos de pertença e solicitação de cidadania britânica	80

Lista de Acrónimos e Siglas

AECL	Associação Europeia de Comércio Livre
BCE	Banco Central Europeu
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
UN DESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações Unidas

1. Introdução

No dia 31 de dezembro de 2020, o período transitório de saída do Reino Unido da União Europeia (UE) terminou. A efetivação desta transição significa que os diferentes direitos políticos, económicos e sociais que eram garantidos aos cidadãos da UE, no Reino Unido, sofrem alterações (Mccarthy, 2019), sendo o direito à livre circulação um dos mais relevantes. Apesar de, ao longo dos últimos cinco anos, ter sido amplamente investigado, e mesmo tendo sido já estabelecido um acordo regulador da relação entre a UE e o Reino Unido (o Acordo de Comércio e Cooperação), a verdade é que o *Brexit* está ainda envolto por muita imprecisão em diversos sentidos, sendo a temática da migração um deles (King & Pratsinakis, 2020; Luthra, 2020; Sime et al., 2020; Sredanovic, 2020).

A migração internacional está estritamente relacionada com o grande tema da globalização, afetando diretamente as dinâmicas dos mercados de trabalho dos países recetores e de origem, a sua receita pública e crescimento económico (OCDE, 2014), bem como uma vasta série de outros fatores importantes da Economia e Gestão Internacional.

Do ponto de vista científico, existem já estudos que tentam delinear o futuro da migração pós-*Brexit* de um modo amplo, sendo exemplo as contribuições de D'Angelo e Kofman, (2018), Munyama (2018), Sredanovic (2020) e Vargas-Silva (2016). Contudo, e seguindo as posições de Mccarthy (2019) e Aragón e Bretones (2020), um estudo mais especializado é desejável. Isto porque, dentro do amplo espetro de cidadãos de países da UE, verifica-se a existência de diferenças significativas nos contextos nacionais, enquadramentos políticos e trajetórias históricas dos mesmos. Estas diferenças têm, invariavelmente, um impacto discriminado na forma como o *Brexit* é percecionado pelas populações dos diversos países da UE e, portanto, estudos generalizados (ou seja, estudos que olham para os cidadãos da UE como um grupo homogéneo de indivíduos) não serão, à partida, tão eficazes para uma perceção do futuro das migrações pós-*Brexit*.

Posto isto, vão sendo publicadas, com crescente frequência, investigações centradas no futuro migratório de grupos específicos de cidadãos da UE no Reino Unido, podendo-se nomear, por exemplo, os estudos focados em cidadãos espanhóis (Aragón & Bretones, 2020; Mccarthy, 2019) e polacos (Barwińska-Malajowicz & David, 2018; Mcghee et al., 2017; Simionescu et al., 2017; Trąbka & Pustulka, 2020). O caso português foi estudado em duas ocasiões distintas. Primeiramente, por Moreh et al., (2016), tendo sido analisadas as intenções migratórias futuras de cidadãos pertencentes aos três maiores grupos imigrantes e europeus do Reino Unido – polacos, portugueses e romenos. Mais tarde, por Rocha (2018), no âmbito

da sua dissertação de Mestrado, tendo este estudo sido compactado e oficialmente publicado pelo Observatório da Emigração, em 2020 (Rocha et al., 2020), focando-se na explicação das trajetórias, motivações migratórias e perceções do *Brexit* por parte dos migrantes portugueses do Reino Unido, sendo, também, apresentados os planos futuros dos inquiridos até 2019 e 2021.

Atualmente, Portugal vive o seu quarto ciclo de emigração (King, 2019; Pires et al., 2020) e, na lista das novas rotas migratórias, o Reino Unido assume uma posição de destaque. Segundo o Observatório da Emigração (2020), desde 2014 que o Reino Unido é mesmo o principal destino da migração portuguesa, registando, em junho de 2020, um dos maiores *stocks* de migrantes nascidos em Portugal - 175 000, e de migrantes com nacionalidade portuguesa - 271 000 (Office for National Statistics, 2020).

Dada esta relevância, o estudo das migrações portuguesas no Reino Unido necessita de ser ainda mais explorado. Com o objetivo de incrementar o corpo de conhecimento já criado, consolidar e ampliar os resultados obtidos pelas investigações anteriores, o caso português necessita de ser revisitado após a efetivação do *Brexit*, já que foram formalizadas novas regras que, à data da elaboração das investigações anteriores, eram ainda incertas ou desconhecidas e que, pela sua relevância, poderão alterar as conclusões anteriores relativas às intenções migratórias futuras dos migrantes portugueses. Assim, esta dissertação tem como principal foco as tendências migratórias mais recentes dos portugueses no Reino Unido, assim como o desenvolvimento futuro das mesmas, face à restrição da livre circulação de pessoas entre as duas nações: será que a real saída do Reino Unido da UE está a fazer com que os portugueses lá estabelecidos regressem a Portugal ou procurem outros destinos migratórios? Pretende-se investigar se o *Brexit* tornou realidade (e não somente uma condição futura longínqua) está (ou não) a ser encarado como sendo apenas um obstáculo ultrapassável e não muito significativo aos planos futuros dos migrantes portugueses do Reino Unido.

Para atender a este objetivo, optar-se-á por uma metodologia semelhante à adotada por Moreh et al. (2016) e Rocha et al. (2020), maioritariamente de carácter quantitativo, procedendo-se à recolha de dados primários, através de um inquérito por questionário *online*.

Para além desta secção introdutória, a presente dissertação possui outras 4 secções. De seguida, apresenta-se uma revisão de literatura (secção 2). Segue-se a redação da metodologia utilizada (secção 3), a apresentação dos resultados obtidos e uma discussão acerca dos mesmos (secção 4). Por fim, é exposta a conclusão (secção 5), onde serão igualmente referidas as limitações desta investigação e sugestões para investigações futuras.

2. Revisão de Literatura

A presente revisão de literatura é composta por 6 sub-seções. Inicialmente, explora-se o grande tema da migração, sendo apresentados conceitos e teorias relevantes para a compreensão deste fenómeno e, adicionalmente, explicitada a sua relação com a Economia e Gestão Internacional. Nas duas sub-seções seguintes, são expostos os processos de integração e desintegração do Reino Unido da UE, cujo conhecimento é essencial para posterior compreensão das implicações do *Brexit* na migração. Segue-se uma descrição da evolução histórica das migrações lusas, evolução esta que será importante para contextualizar a posição atual do Reino Unido no panorama migratório português. Por fim, são expostos os resultados dos dois estudos do caso português, referidos na Introdução, da autoria de Moreh et al. (2016) e Rocha et al. (2020).

2.1. Migração

2.1.1. Conceitos Básicos

O fenómeno migratório não é, de todo, recente, tendo sido transversal a todos os períodos da história humana, assumindo-se como um importante meio de desenvolvimento social e económico (Gheasi & Nijkamp, 2017; Goldin et al., 2018; Kuhnt, 2019). Nas últimas décadas, tem-se verificado um maior empenho para com esta área de estudo, devido ao facto de os padrões de migração se revelarem cada vez mais complexos e imprevisíveis (Gheasi & Nijkamp, 2017), potenciados pelas “mudanças dinâmicas e mobilidade acelerada em todo o mundo” (Bircan et al., 2020, p. 5).

Os estudos migratórios não constituem um campo académico estanque, sendo antes o resultado da partilha de conhecimento entre diversas disciplinas, como a sociologia, antropologia, demografia, economia, história, psicologia, entre outros. Juntando esta sua complexidade própria ao facto de este ser um campo de investigação que se tem desenvolvido com mais intensidade apenas nas últimas décadas, verifica-se ainda a existência de consideráveis limitações nesta área (Hatzigeorgiou & Lodefalk, 2021), centradas na “falta de coerência, consistência e comparabilidade” da informação existente (Bircan et al., 2020, p. 5). Desde logo, não existe consenso universal relativamente às definições de termos básicos, como ‘migração’ ou ‘migrante’. Existem antes múltiplas definições, propostas por diversas organizações de acordo com os seus objetivos, e, consequentemente, várias

metodologias de contabilização e recolha de dados concordantes com tais definições. Para além disto, a obtenção de estatísticas migratórias adequadas e em tempo útil é complexa (Bircan et al., 2020).

Tendo em conta estas ressalvas, achou-se pertinente apresentar as definições adotadas para a elaboração da presente dissertação. Foram considerados os conceitos propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), tanto por via do seu Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (UN DESA), como através da Organização Internacional para as Migrações (OIM). A escolha destas definições justifica-se pelo facto de as principais fontes para a obtenção de estatísticas migratórias do Reino Unido e Portugal adotarem, também elas, as definições da ONU.

- **Migração** - Movimento de indivíduos para fora do seu local de residência habitual, seja através de um fronteira internacional (migração internacional) ou dentro de um estado (migração interna) (OIM, 2019a);
- **Migrante internacional** - Qualquer indivíduo que muda de país de residência habitual (UN DESA, 1998);
- **Migrante internacional de longo prazo ou permanente** - Qualquer indivíduo que se muda para um país diferente daquele da sua residência habitual por um período de pelo menos 12 meses. O país de destino deste indivíduo torna-se no seu local de residência habitual. Para o país de partida, o indivíduo é um emigrante de longa duração e, para o país de chegada, um imigrante de longa duração (UN DESA, 1998);
- **Migrante internacional de curto prazo ou temporário** - Qualquer indivíduo que se muda para um país diferente daquele da sua residência habitual por um período de 3 a 12 meses. O país de destino deste indivíduo torna-se no seu local de residência habitual. Para o país de partida, o indivíduo é um emigrante de curta duração e, para o país de chegada, um imigrante de curta duração. Exceção-se os movimentos para fins recreativos, férias, visitas a amigos ou parentes, negócios, tratamento médico ou peregrinações religiosas (UN DESA, 1998).

Considerando estas definições, o critério mais utilizado para a contabilização migratória é o da nacionalidade (ou seja, o que contempla o território de nascimento de um indivíduo).

2.1.2. Impulsionadores da Migração

Tendo sido desenvolvidas em diferentes contextos científicos (económico, cultural, político, etc.), as teorias predominantes explicativas da migração conseguem esclarecer vários

fenómenos migratórios (sendo exemplo a teoria Neoclássica, a teoria dos Sistemas Migratórios, a teoria *New Economics of Labour Migration*, entre outros exemplos). Contudo, o que se verifica, é que estas mesmas teorias parecem ser cada vez mais limitadas face à crescente natureza multifacetada, complexa e volátil das migrações contemporâneas (Bircan et al., 2020).

Sendo a migração uma atividade humana universal e de tão longa data, poderia ser expectável que existisse uma teoria geral e completa que explicasse este processo. Porém, como referido, tal não acontece, não existindo nenhuma teoria capaz de providenciar uma compreensão sistemática e amplamente aceite pela comunidade científica acerca das razões que podem levar à migração (Bircan et al., 2020; Gheasi & Nijkamp, 2017; Kuhnt, 2019). “Os processos de migração são influenciados por uma infinidade de fatores e suas interações” (Kuhnt, 2019, p. 1), mas as teorias migratórias existentes tendem a focar-se num número restrito dos mesmos, dificultando, deste modo, análises multidisciplinares mais inclusivas do fenómeno migratório (Bircan et al., 2020).

Assim, em vez de se apresentar as teorias migratórias mais referidas na literatura (muito focadas em fatores económicos e/ou socioculturais), optou-se antes por se expor os resultados de uma meta-análise, realizada por Czaika e Reinprecht (2020), da literatura sobre impulsionadores da migração. Esta meta-análise teve como amostra 463 estudos empíricos e teóricos, e o seu objetivo foi fazer uma captação ampla dos fatores que realmente influenciam a tomada de decisão de migração, a nível individual e a níveis mais estruturais.

Czaika e Reinprecht (2020) desenvolveram uma taxonomia composta por 24 fatores impulsionadores da migração, distribuídos por 9 dimensões. Todos os fatores “podem desempenhar um papel direto ou indireto em (independentemente ou conjuntamente) permitir ou restringir os processos de migração nos níveis micro, meso e macro” (Czaika & Reinprecht, 2020, p. 5). Num nível maior de agregação (macro), os impulsionadores migratórios resultam frequentemente de disparidades estruturais entre os locais de origem e destino e podem refletir desigualdades persistentes ou cíclicas/sazonais. Em níveis de agregação inferiores (meso e micro), os impulsionadores migratórios facilitam ou restringem a migração, ao afetar as perceções sobre oportunidades migratórias e ao influenciar a capacidade dos indivíduos para concretizar tais oportunidades. Ou seja, o conjunto de impulsionadores migratórios que envolvem um indivíduo afetam as suas aspirações e tomadas de decisão reais relativas à migração.

Tabela 1 – Fatores determinantes para a migração (nível macro, meso e micro)

Dimensões	Fatores
Demográfica	Dinâmicas da população
	Tamanho e estrutura familiar
Económica	Condições económicas e de negócio
	Mercado de trabalho e empregabilidade
	Desenvolvimento rural/urbano e padrões de vida
	Pobreza e desigualdade
Ambiental	Alterações climáticas e condições ambientais
	Desastres naturais e choques ambientais
Desenvolvimento Humano	Serviços educacionais e oportunidades de formação
	Serviços e condições de saúde
Individual	Recursos pessoais e experiências migratórias
	Aspirações e atitudes migratórias
Político-Institucional	Infraestruturas, serviços e provisões públicas
	Gestão e infraestruturas migratórias
	Políticas migratórias e outras políticas públicas
	Direitos civis e políticos
Segurança	Conflitos, guerras e violência
	Situação política, repressão e transições de regime
Sociocultural	Comunidades e redes migratórias
	Normais e laços culturais
	Relações de género
Supranacional	Globalização e (pós-)colonialismo
	Laços transnacionais
	Relações internacionais e transformações geopolíticas

Fonte: Czaika & Reinprecht (2020)

A dimensão demográfica abrange as dinâmicas populacionais que se manifestam a um nível agregado (através das mudanças de tamanho e estrutura etária de uma determinada população ou pelas suas taxas de natalidade e mortalidade), assim como as dinâmicas demográficas a um nível mais micro (onde se incluem mudanças no tamanho, estrutura e vínculos da família).

A nível económico, são consideradas as diferenças estruturais e persistentes entre o país de origem e de destino (o que inclui, por exemplo, as disparidades ao nível do PIB e da pobreza). Para além disso, são também ponderadas as conjunturas de curto ou médio prazo (como crises económicas). Invariavelmente, esta dimensão também abrange as condições do mercado de trabalho dos locais de partida e destino (o que inclui uma análise aos níveis salariais e de empregabilidade). Por fim, são também considerados aspetos relacionados com o estilo e qualidade de vida.

A dimensão ambiental indica-nos que as mudanças climáticas e os desastres naturais são fatores que podem, respetivamente, predispor (de forma lenta) a intenção migratória (para locais, por exemplo, com recursos ambientais mais conservados) ou até mesmo forçar (de forma imediata) o ato migratório.

Os fatores da dimensão de desenvolvimento humano centram-se em áreas que definem padrões de vida mais abrangentes, como é o caso da acessibilidade à educação e formação e da qualidade dos serviços da área da saúde humana.

Os fatores individuais influenciam o processo de tomada de decisão para a migração a um nível pessoal e/ou familiar. Neste âmbito, são ponderados os recursos financeiros pessoais, mas também a experiência migratória passada e as aspirações de vida do indivíduo. Para além disso, são consideradas as atitudes e perceções do mesmo em relação ao país de origem e destino.

A dimensão político-institucional inclui fatores como as políticas de emigração e imigração em vigor, assim como outras políticas públicas que possam ser relevantes para os migrantes. Adicionalmente, as infraestruturas e serviços, assim como a garantia (ou falta dela) de direitos civis e políticos num dado local são também fatores de influência migratória a este nível. Por fim, as dinâmicas das infraestruturas migratórias existentes revelam capacidade para moldar o curso migratório de um indivíduo.

Ao nível da segurança, os fatores relacionados com conflitos, guerras e violência podem propiciar uma migração rápida e em grande escala. As conjunturas políticas desfavoráveis, de repressão e transição de regime estão muitas vezes associadas à motivação para a migração, mas, em simultâneo, podem também ser sinónimo de um entrave à desejada saída.

Os fatores socioculturais abrangem as comunidades e redes migratórias que, geralmente, facilitam e auxiliam o processo migratório. Adicionalmente, as normas culturais e de género podem afetar as decisões migratórias de formas muito complexas.

Finalmente, na dimensão supranacional, temos os fatores que espelham o sistema económico global e pós-colonial, a partilha de laços culturais, linguísticos, religiosos, e afins, entre territórios, assim como os efeitos dos processos de integração regional e transformações geopolíticas.

Diferentes impulsionadores afetam diferentes grupos sociais de maneira, também ela, diferente. As combinações possíveis de impulsionadores migratórios são muito dependentes do contexto do indivíduo e, portanto, há uma grande heterogeneidade de oportunidades e

opções migratórias (Czaika & Reinprecht, 2020). Para além disto, os impulsionadores migratórios não são estáticos, podendo alterar-se de forma mais ou menos acelerada.

2.1.3. Potencialidades da Migração

Sobretudo durante a última década, o tema “migração” tem sido altamente politizado, sendo a eleição, em 2016, de Donald Trump para Presidente dos Estados Unidos da América, a confirmação, no mesmo ano, do *Brexit*, no Reino Unido, e a crescente popularidade, na Europa, de partidos de extrema-direita, claros exemplos políticos com um denominador comum – a ávida defesa de posições anti-imigração (Goldin et al., 2018; Hatzigeorgiou & Lodefalk, 2021; Portes, 2019). Os defensores desta vertente afirmam que a imigração nada acrescenta a um país, reduzindo o número de empregos disponíveis para os nativos, diminuindo os níveis salariais médios e deteriorando os serviços públicos nacionais, estando, assim, associada à noção de escassez.

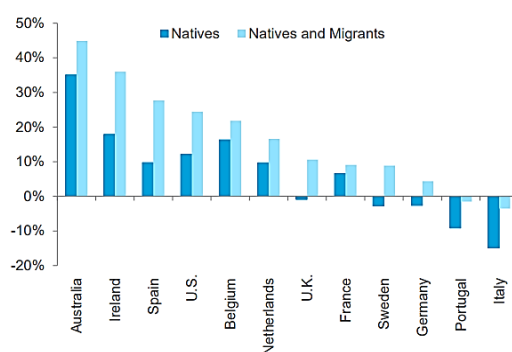
Em concordância com Gheasi e Nijkamp (2017), Goldin et al. (2018) afirmam que têm sido notórias três tendências na caracterização dos migrantes da era moderna, durante as últimas duas décadas: há cada vez mais migrantes altamente qualificados; o número de migrantes pertencentes à população em idade ativa é cada vez maior; e, por último, os fluxos de migrantes do género feminino, em especial entre o grupo altamente qualificado, também são cada vez maiores. Segundo Goldin et al. (2018), se a imigração no Reino Unido tivesse cessado em 1990, o PIB de 2014 tinha sido cerca de 175 mil milhões de libras inferior ao registado, concluindo-se que a migração propicia a prosperidade agregada. As evidências científicas são altamente díspares das narrativas políticas, havendo um grande consenso de que a migração tem um impacto positivo no desenvolvimento económico, no comércio, no investimento, na criação e fluxo de ideias e na inovação (Clemens, 2011; Gheasi & Nijkamp, 2017; Goldin et al., 2018; Portes, 2019), potenciando também a globalização. Apresentam-se, de seguida, algumas das mais relevantes evidências.

A entrada de migrantes num dado país conduz, invariavelmente, ao aumento da oferta agregada de trabalhadores nessa nação. Frequentemente, e deixando de lado a visão redutora de que um dado país apenas tem um certo número máximo de postos de trabalho disponíveis, isto significa que mais horas de trabalho são executadas, conduzindo a um aumento de produtividade (Goldin et al., 2018; Portes, 2019). Os migrantes têm um impacto positivo na taxa de crescimento do total de horas de trabalho do país de destino, como se verifica no gráfico 1. Constatase que o crescimento das horas de trabalho agregadas da

população nativa e migrante é superior ao crescimento das horas de trabalho da população nativa apenas (Goldin et al., 2018).

O aumento das horas de trabalho da população nativa e migrante é justificado por vários fatores, destacando-se, por exemplo, o aumento da participação dos indivíduos nativos do género feminino na força de trabalho (Goldin et al., 2018; Portes, 2019). “A migração revela-se útil nos setores onde a oferta de trabalhadores nativos com baixas qualificações é baixa (quer pela sua inexistência ou pela sua não participação)” (Goldin et al., 2018, p. 31), sendo este fenómeno verificado na oferta de serviços de cuidado e trabalho doméstico (para manutenção doméstica, apoio a crianças e/ou pessoas dependentes) dos países de destino. Assim, a migração pouco qualificada tem um efeito redutor nos custos deste tipo de serviços, possibilitando a muitas mulheres aumentarem a sua participação na força de trabalho (Goldin et al., 2018; Portes, 2019). Isto evidencia um caso onde a complementaridade entre a componente migratória e nativa é bem significativa (Portes, 2019). Adicionalmente, o efeito redutor da migração nos custos dos serviços de cuidado e trabalho doméstico também parece ter um efeito positivo nas taxas de natalidade dos países de origem, já que o *trade-off* entre a vida profissional e a maternidade tende a ser suavizado (Goldin et al., 2018). Estes efeitos são especialmente notórios entre as mulheres altamente qualificadas, o que amplifica ainda mais o impacto económico dos mesmos, tal como evidenciado por Barone e Moretti (2011) e Amuedo-Dorantes e Sevilla Sanz (2013) (como citado em Goldin et al., 2018).

Gráfico 1 – Crescimento nas horas trabalhadas, força de trabalho nativa e agregada, 1990-2015



Fonte: Goldin et al. (2018)

Por outro lado, o fenómeno migratório impacta positivamente o PIB *per capita* e o PIB total dos países de destino, já que leva ao aumento da proporção de trabalhadores em relação à população total. Sendo as populações cada vez mais envelhecidas e as taxas de natalidade igualmente mais baixas, a migração, por ser maioritariamente levada a cabo por

indivíduos em idade ativa, revela-se uma forma de combater esta “espiral demográfica decrescente” (Portes, 2019, p. 16), ao mesmo tempo que, no contexto de uma população progressivamente envelhecida, contribui para a manutenção dos níveis de contribuintes fiscais ativos (Goldin et al., 2018; Portes, 2019).

A prosperidade agregada é também propiciada pela migração, na medida em que esta origina um dinamismo significativo no capital humano de um dado país (Gheasi & Nijkamp, 2017; Goldin et al., 2018). Isto acontece, de forma mais evidente, devido aos fluxos crescentes de migrantes altamente qualificados, mas também, de forma indireta, através da migração pouco qualificada (que permite, por exemplo, a integração de mais mulheres na força de trabalho qualificada).

Adicionalmente, a migração tende a fomentar a inovação, através dos desenvolvimentos ao nível do conhecimento, empreendedorismo e tecnologia que potencia (Gheasi & Nijkamp, 2017; Goldin et al., 2018; Hatzigeorgiou & Lodefalk, 2021; Portes, 2019). Segundo Goldin et al. (2018), o impacto da migração ao nível da inovação pode ser resumido em quatro ideias principais. Verifica-se uma tendência crescente de concentração de migrantes (sobretudo qualificados) nas cidades e territórios, assim como nos setores económicos mais inovadores. Os migrantes tendem a registar mais patentes e a criar mais empresas quando comparados com os nativos equivalentes, tolerando maiores níveis de risco e estando mais recetivos à exploração de novos lugares e ideias. As diferenças culturais entre os migrantes e os nativos permitem o confronto frequente entre as ideias e os processos estabelecidas no país de destino, o que fomenta a inovação através da diversidade. Por fim, os migrantes têm impactos diretos na promoção de melhores trocas comerciais internacionais e investimentos, uma vez que “não só trazem consigo um conjunto de ligações internacionais pré-existent, como também estão mais dispostos a explorar num contexto global, identificando novas oportunidades” (Goldin et al., 2018, p. 49).

Salienta-se que os impactos da migração aqui sinteticamente apresentados apenas desvendam uma parte muito reduzida das potencialidades totais do fenómeno migratório. Existem diversas evidências na literatura que revelam que a migração é, de forma global, um fenómeno altamente positivo para os países de destino e que, frequentemente, os efeitos negativos resultantes do mesmo tendem a ser restritos a certos grupos de indivíduos e de curta duração (Goldin et al., 2018; Portes, 2019). Em 2016, o Fundo Monetário Internacional (como citado em Portes 2019) estimou que o aumento de apenas 1% na proporção migrante da população adulta de um país é capaz de originar um aumento de 2%, aproximadamente,

no PIB *per capita*. Clemens (2011) afirma mesmo que os ganhos, ao nível do PIB mundial, resultantes da diminuição ou extinção das políticas restritivas da migração seriam largamente superiores aos ganhos conseguidos com a diminuição ou extinção das políticas restritivas de fluxo de bens e capital.

2.2. A Integração do Reino Unido na UE

2.2.1. Introdução à UE

A UE é uma União Económica, e tal significa que: (1) existe liberdade de circulação de produtos (bens e serviços) e fatores de produção (trabalho e capital), entre os países membros; (2) está definida uma pauta comercial externa comum a aplicar às importações de países não-membros; e (3) verifica-se uma crescente concordância das políticas económicas nacionais dos diferentes membros (Africano et al., 2018). A primeira característica enumerada anteriormente, centrada nas “quatro liberdades”, determina o Mercado Único Europeu (também denominado de Mercado Interno). Neste âmbito, e relevante para a presente dissertação, salienta-se a introdução da “noção de cidadania da UE” (Parlamento Europeu, 2020), no Tratado de Maastricht de 1992, que veio reforçar o direito de livre movimentação e residência nos países membros, sem a necessidade de controlos fronteiriços e exigências formais. Este direito foi colocado em prática a partir de 1985, com a criação do Espaço Schengen. Hoje, este espaço, onde prevalece o direito de livre circulação de pessoas, é constituído por 26 países da Europa – 22 Estados-membros da UE (onde não se inclui o Chipre, Roménia, Croácia, Bulgária e Irlanda) e os 4 países da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL) (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein).

Atualmente, no processo de expansão do Mercado Único, a UE encontra-se na fase transitória de criação de uma União Económica e Monetária (UEM), que corresponde a um nível de integração ainda mais elevado. Este tipo de uniões contemplam um “sistema de câmbios fixos com convertibilidade absoluta das moedas dos Estados-membros” (Africano et al., 2018, p. 211), ambicionam a adoção de uma moeda comum por todos os países integrantes e requerem a criação de uma entidade supranacional que se encarregue de estabelecer toda a política monetária. Neste momento, 19 Estados-membros partilham já uma mesma moeda - o Euro, o que abrange mais de 340 milhões de cidadãos, e a entidade supranacional da Zona Euro que os tutela é o Banco Central Europeu (BCE).

Por fim, importa constatar que a UE rege-se, também, no contexto de uma União Política, verificando-se o envolvimento e comprometimento por parte dos Estados-Membros em muitas outras áreas importantes para além da economia, como o ambiente, clima, segurança, saúde, entre outros exemplos (Africano et al., 2018). Assim, o fundamento desta união não é somente de cariz económico. Tal ficou bem claro quando, em 1993, a Comunidade Económica Europeia (CEE) passou a denominar-se de União Europeia. Esta união política e económica não retira soberania aos seus membros, atenuando apenas a sua autonomia em “domínios que faz sentido trabalhar em conjunto” e “delegando alguns dos seus poderes de decisão nas instituições comuns” (Comissão Europeia, 2020a, p. 8), sendo exemplo o Parlamento Europeu ou a Comissão Europeia.

2.2.2. A Adesão do Reino Unido à UE

A integração europeia sempre foi uma dilema para o Reino Unido (Smith, 2017). Apesar de ter sido convidado a participar na primeira experiência de integração europeia, este país por não ser parte integrante dos acordos, por considerar que a existência de entidades supranacionais significaria a perda da sua soberania. Depois do seu sucesso na II Guerra Mundial, o Reino Unido considerava-se uma nação poderosa e de impacto global e, portanto, não via utilidade na integração regional (Smith, 2017). Para além disso, considerava que a relevância comercial desta integração era muito restrita, visando apenas carvão e aço.

Assim, em 1959, com a celebração da Convenção de Estocolmo e juntamente com seis países não pertencentes à CEE (Portugal, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça e Áustria), o Reino Unido passou a ser membro fundador da AECL. Este tipo de integração, ao contrário da CEE, ia de encontro às suas preferências, pois era essencialmente centrada nas trocas comerciais de bens industriais (não apenas carvão e aço), requeria baixos níveis de comprometimento político e não exigia a criação de órgãos supranacionais (Africano et al., 2018; Smith, 2017). Contudo, a AECL revelou-se ineficaz, causando impactos menores no comércio (Crafts, 2016).

Na década de 60, o Reino Unido entrou num período de fraco crescimento económico, assistindo, em simultâneo, às rápidas recuperações industriais e económicas dos países da CEE, em especial França e Alemanha (Crafts, 2016). Em 1963 e 1967, o país formalizou a sua candidatura à CEE, mas, em ambas as ocasiões, tal adesão foi recusada. Em 1973, o Reino Unido foi aceite na comunidade, por ter finalmente anuído com políticas que considerava problemáticas, como a Política Agrícola Comum, a Política Comum das Pescas

e o Orçamento Comum da comunidade (Smith, 2017). A sua entrada tardia fez com que o país tivesse uma capacidade de decisão e influência reduzidas relativamente à definição das políticas-base da UE, definidas durante a sua génese, e, portanto, o Reino Unido viu-se quase obrigado a conformar-se e a cumprir as regras já estabelecidas para ter um lugar na CEE.

Apenas dois anos depois, em 1975, houve a necessidade de se realizar um referendo nacional relativo à permanência do país na CEE, pois, no seio dos dois principais partidos do país (Partido Trabalhista e Partido Conservador), não havia consenso sobre a pertinência dos termos impostos pela comunidade. Apesar de se registar uma vitória expressiva da posição pró-CEE, a orientação anti-CEE, como afirma Smith (2017), não se extinguiu.

O período oficial de pertença do Reino Unido à UE, desde 1973 a janeiro de 2020, sempre foi pautado por uma dedicação incompleta à comunidade (Bongardt & Torres, 2017; Welfens & Hanrahan, 2017). Tal ficou bem claro na sua persistente relutância em juntar-se ao Espaço Schengen e à UEM, não adotando o Euro, e pela sua oposição frequente às propostas de “reforma institucional para aprofundar a integração, visando uma UE mais eficiente e mais democrática” (Bongardt & Torres, 2017, p. 19). Conseguiu, também, um estatuto de exceção a diferentes níveis (tendo, por exemplo, um protocolo distinto dos demais membros na aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais dos cidadãos e residentes da UE). No fundo, a caminhada do Reino Unido na UE foi sempre muito focalizada nos seus próprios interesses, esquecendo-se, frequentemente, dos pilares da comunidade – união, entajuda e dinamismo, tal como se constatou “durante a crise das dívidas soberanas, decidindo unilateralmente abandonar os seus parceiros numa conjuntura particularmente difícil” (Bongardt & Torres, 2017, p. 19).

2.3. A Desintegração do Reino Unido da UE

2.3.1. *Brexit* e seus Precedentes

No dia 23 de junho de 2016, outro referendo foi realizado no Reino Unido, igualmente visando a sua permanência na UE. Ao contrário do que aconteceu no referendo de 1975, a posição anti-UE teve mais apoiantes (cerca de 52% do número total de votos) (Conselho Europeu, 2020) e, portanto, a decisão do Reino Unido abandonar a comunidade foi estabelecida (*British Exit = Brexit*). Tal decisão foi comunicada aos restantes membros a 29 de março do ano seguinte, tendo sido estabelecido um prazo de exatamente 2 anos para a

oficialização da desintegração do país, que, mais tarde, acabou por ser prolongado (para 31 de janeiro de 2020), devido aos impasses negociais inerentes ao processo de separação.

O resultado a favor da desintegração, apesar de emergir da combinação de uma vasta série de fatores, teve uma causa principal – a imigração. Desde 1994 que o Reino Unido apresenta valores de migração líquida positivos, significando que, nos últimos 26 anos, a imigração foi sempre superior à emigração (The Migration Observatory, 2020). Tal fenómeno acentuou-se a partir de 2004, quando o Reino Unido (por vontade própria e ao contrário da maioria dos países da UE) decidiu prontamente alargar a liberdade de circulação de pessoas aos 10 recentes Estados-membros da UE, da zona central e leste do continente. Mais recentemente, para a migração líquida positiva, também contribuíram os grandes fluxos migratórios de cidadãos da Europa do Sul, nomeadamente de Portugal (devido à crise das dívidas soberanas), e os fluxos de refugiados.

Para os apoiantes da desintegração europeia, que acabaram por ditar o desfecho do referendo, a imigração era (e continua a ser) percecionada de forma negativa, já que, de acordo com os seus argumentos pouco fundamentados (D’Angelo & Kofman, 2018), afeta o mercado de trabalho, diminuindo níveis salariais e postos de trabalho disponíveis, e, simultaneamente, sobrecarrega os serviços públicos, tal como o sistema de saúde (Chang, 2018). Contudo, a grande maioria destes argumentos, frequentemente usados pelos políticos pró-desintegração, não tinham qualquer tipo de evidência credível e, a nível científico, são várias as objeções contra tal posição. A título de exemplo, pode-se referir o facto de, entre 2001 e 2011, os imigrantes provenientes da UE terem apresentado contribuições fiscais superiores a 20 mil milhões de libras (Crafts, 2016; Wadsworth, 2015) e, consequentemente, não aparentarem ser um problema, mas sim um propulsor do Reino Unido.

2.3.2. *Brexit* e a Imigração

No período de transição em que se encontrou até ao final de 2020, o Reino Unido já não era membro da UE. Contudo, durante tal período, o país continuou a reger-se pelas diretivas da comunidade e, no fundo, “nada mudou para os cidadãos, os consumidores, as empresas, os investidores, os estudantes e os investigadores, tanto na UE como no Reino Unido” (Comissão Europeia, 2020b, p. 1). A partir de 1 de janeiro de 2021, várias foram as mudanças implementadas no país, sobretudo ao nível da imigração.

Em primeiro lugar, importa referir que, depois do período transitório de desintegração, todos os cidadãos da UE a viver legalmente, há pelo menos 5 anos, no Reino Unido ficam

acreditados à obtenção de uma autorização de residência permanente, ao realizarem o pedido através do Sistema de Registo de Cidadãos da UE (*EU Settlement Scheme*), até dia 30 de junho de 2021. Estes cidadãos passam a ter os seguintes direitos no Reino Unido: (1) permanência superior a 3 meses permitida; (2) autorização para trabalhar e estudar; (3) possibilidade de utilização de serviços públicos, como o sistema de saúde nacional; (4) reivindicação da pensão de velhice no país; e (5) possibilidade de aluguer de habitação. Em alternativa, estes cidadãos poderão candidatar-se à obtenção da nacionalidade britânica, tendo um leque de direitos mais alargado, mas tendo também de abdicar da sua nacionalidade de até então. Por sua vez, os cidadãos da UE a viver legalmente no Reino Unido há menos de 5 anos, terão de realizar o mesmo pedido dos anteriores e receberão uma autorização de residência provisória. Quando o seu tempo de residência no país atingir os 5 anos, a autorização está em condições de passar de provisória a permanente.

Para os novos imigrantes do Reino Unido provenientes da UE, passa a ser aplicado um sistema de pontos, que, de acordo com o Governo do Reino Unido, pretende tratar cidadãos não-pertencentes e pertencentes à UE de igual forma, ao não privilegiar a sua proveniência, mas sim as suas competências (Government of the United Kingdom, 2020). Todos os cidadãos que pretendam um visto de trabalho necessitam, obrigatoriamente, de possuir uma proposta de emprego qualificado e ter proficiência da língua inglesa. Estas condições possibilitam-lhes a obtenção de 50 pontos (de um mínimo de 70 necessários para a obtenção de um visto), havendo depois especificações a cumprir para cada tipo de visto existente. No fundo, estamos perante um sistema que sentencia a adequabilidade de um cidadão para residir no país com base em critérios focados nas suas qualificações e rendimento. Assim, o sistema por pontos tem um objetivo claro - impossibilitar ao máximo a imigração de cidadãos pouco ou não-qualificados para o Reino Unido.

2.4. As Migrações Portuguesas

Portugal teve um papel crítico no desenvolvimento da história mundial. Os fluxos migratórios iniciados no século XV, no âmbito da Época dos Descobrimentos, foram fundamentais para a globalização e, com grande frequência, Portugal é mesmo apelidado de nação pioneira deste processo (Brettell, 2019; Pereira & Azevedo, 2019; Pires et al., 2020). Tais fluxos foram, desde então, constantes ao longo da história e, sobretudo a partir do século XIX, Portugal tem sido um autêntico país de emigração, registando, em 2019, uma taxa de

emigração (relativa à sua população) de, aproximadamente, 20% - a vigésima mais elevada do mundo e a maior da UE (OIM, 2019b).

Segundo alguns investigadores portugueses das áreas científicas da demografia e sociologia (Pereira & Azevedo, 2019; Pires et al., 2020), sustentados pelo Modelo de Migração da Europa do Sul (*The Southern European Model of Migration*), proposto por King, em 1993, e desenvolvido até aos dias de hoje, a história da emigração portuguesa pode ser dividida em 4 ciclos. Os 3 primeiros ciclos aconteceram durante os séculos XIX e XX, e o último, iniciado no século presente, ainda perdura. Por terem uma sequência lógica entre si, é importante, antes de se passar a uma análise das rotas migratórias mais recentes (onde se inclui o Reino Unido), expor brevemente os ciclos passados, pois estes poderão ser úteis na compreensão de alguns fenómenos atuais.

2.4.1. Rotas Migratórias dos Séculos XIX e XX

O 1º ciclo de emigração portuguesa aconteceu entre 1850 e 1930, mobilizou cerca de 2 milhões de cidadãos (Pereira & Azevedo, 2019) e teve como destino central um país que, na altura, se tinha tornado independente de Portugal recentemente - o Brasil. Neste período, verificavam-se, na Europa, taxas de crescimento populacional muito elevadas (e sem precedentes), rescaldos de guerras entre nações e início de outros conflitos, assim como mudanças políticas sucessivas (Hatton & Williamson, 1994). Daqui, resultou uma enorme vaga de emigração europeia rumo ao continente Americano, com cidadãos da Europa do Norte a escolherem, principalmente, o Canadá e Estados Unidos da América como destino, e cidadãos da Europa do Sul a dirigirem-se, sobretudo, mas não exclusivamente, para nações sulistas da América (devido às muitas ligações derivadas do colonialismo). Como constatou Peixoto (2000), “a distribuição altamente desigual de recursos motivou os portugueses a migrar, atraídos pelas narrativas de sucesso divulgadas por emigrantes anteriores, oportunidades de emprego e redes de migração existentes” (como citado em Pereira & Azevedo, 2019, p. 3). Os emigrantes deste ciclo foram, maioritariamente, indivíduos do sexo masculino e a natureza da migração permanente.

Entre 1950 e 1974, seguiu-se o 2º ciclo de emigração portuguesa. Portugal era uma nação pouco modernizada e com uma economia estagnada. Em simultâneo, e após a II Guerra Mundial, a Europa Central precisava de ser reconstruída, havendo “carências de mão-de-obra nos setores mais intensivos em trabalho, na indústria e na construção” (Pires et al., 2020, p. 14). Apesar de terem sido implementadas políticas muito restritivas à emigração pelo

regime ditatorial vigente, a verdade é que a junção das conjunturas referidas fez com que a emigração para países centrais da Europa, nomeadamente França, Alemanha e Luxemburgo, se acentuasse drasticamente, passando estes a ser os destinos mais importantes do panorama migratório. A restrição à emigração apenas “se traduziu no crescimento da sua componente designada como ‘clandestina’, feita por terra e, portanto, mais fácil para destinos de proximidade do que de longa distância” (Pires et al., 2020, p. 14).

De acordo com King (2019), este foi o primeiro ciclo em que o Modelo Centro-Periferia (*The Core-Periphery Model*) adaptado ao cenário europeu, proposto por Seers (1979), foi bem observável. Sucintamente, este modelo afirma que o desenvolvimento territorial desigual (derivado do sistema capitalista - como afirmam os defensores do Marxismo), gera relações desiguais de poder a nível social, político, económico, etc., fazendo com que existam países centrais (dominantes), periféricos (secundários, onde se inclui Portugal) e semi-periféricos. Selwyn (1979) afirma que os sistemas centro-periferia, “apesar de não serem imutáveis, são muito persistentes”, pois são suportados por “estruturas económicas, sociais e políticas profundamente enraizadas” (como citado em King, 2019, p. 268). Neste contexto, “a migração é talvez o mais importante dos fluxos que ligam os países periféricos aos centrais numa relação assimétrica de poder, que abrange economia política, geografia económica e desigualdade social” (King, 2019, p. 269). Em fases de expansão económica, a migração dirige-se para os países centrais, e em fases de recessão, tais movimentos cessam, registando-se também muitos retornos ao país periférico de origem. Assim, “as flutuações económicas do centro são transmitidas para a periferia, que atua como um amortecedor em desvantagem, protetor do núcleo” (King, 2019, p. 269).

Portanto, voltando à narrativa anterior, verificamos facilmente que o 2º ciclo de emigração portuguesa foi um exemplo claro do sistema centro-periferia, havendo migrações de um país periférico (Portugal) para países centrais (França, Alemanha e Luxemburgo), num momento de expansão industrial e económica. De acordo com o Observatório da Emigração (2020), este foi o período de maior intensidade de emigração em Portugal, tendo sido registada uma média de 126 000 saídas por ano, entre 1965 e 1973. As estimativas apontam que, ao longo deste ciclo, cerca de 1,8 milhões de emigrantes deixaram Portugal (Pereira & Azevedo, 2019). Relativamente ao ciclo anterior, verificou-se uma maior adesão de indivíduos do sexo feminino, havendo também uma mudança na natureza das migrações, passando estas a serem temporárias. Não se deixaram de verificar os fluxos que se tinham iniciado para o continente Americano, nomeadamente para o Brasil, Venezuela, Canadá e Estados Unidos da América,

e outras novas rotas para o continente Africano foram vincadas, sobretudo para Angola e Moçambique, incitadas pelo Estado Novo “como parte da sua estratégia de resposta à guerra de libertação nacional” (Pires et al., 2020, p. 14).

Ainda no século XX, entre 1974 e 2000, ocorreu o 3º ciclo de emigração portuguesa. Inicialmente, houve um abrandamento brusco da emigração e um aumento das migrações de regresso, motivadas por duas situações. Primeiro, a crise económica de 1973 fez com que países centrais (França, Alemanha e Luxemburgo incluídos) entrassem numa fase de recessão económica e implementassem medidas migratórias restritivas. Verificamos, mais uma vez, as dinâmicas centro-periferia a acontecer, agora numa fase de recessão. Em segundo lugar, o 25 de Abril de 1974 fez com que fosse criado um ambiente de grande expectativa de mudança e desenvolvimento nacional e, portanto, a emigração já não parecia ser a única forma existente para a obtenção de melhores condições de vida. Neste âmbito, também foram repatriados muitos emigrantes do continente Africano (denominados de ‘retornados’), aquando da descolonização. Porém, anos mais tarde, e principalmente a partir de 1986 (data da integração de Portugal na CEE), a emigração voltou a aumentar e a imigração (até então, pouco significativa) também (Ramos, 2000). França e Alemanha, por possuírem redes migratórias já estabelecidas, foram dois dos principais destinos da emigração, aos quais se juntou a Suíça como nova opção. As estimativas indicam que, entre 1980 e 2000, a média anual de novos emigrantes foi de 20 000 (Pereira & Azevedo, 2019). Ao nível da imigração, a chegada de migrantes do Brasil, das ex-colónias africanas e de alguns países da Europa de Leste começou a ser notória (Ramos, 2007).

2.4.2. Novas Rotas Migratórias do Século XXI

Por fim, temos o 4º ciclo de emigração, com início no ano 2001. Após aderir à UEM, Portugal viveu mais um período de estagnação económica, que gerou aumento do desemprego nacional e, consequentemente, aumento da emigração, passando-se de um fluxo de saídas de 45 000, em 2001, para 90 000, em 2007 (Observatório da Emigração, 2020). À lista dos destinos europeus do último ciclo, juntou-se Espanha. Seguiu-se o período entre 2008 e 2010, marcado pela crise económico-financeira global, onde se verificou uma tendência de diminuição da emigração. Apesar de menores, os fluxos de saídas de emigrantes continuaram altos - 70 000, em 2010 (Observatório da Emigração, 2020).

A partir de 2010, Portugal viu os seus níveis de emigração aumentarem novamente, devido à crise das dívidas soberanas. Relativamente à crise anterior, esta teve a particularidade de ser

assimétrica (Pires et al., 2020), afetando principalmente a Europa do Sul. Os países mais a norte da Europa, em contraste com o sucedido na outra crise, voltaram a ser opções viáveis de emigração e o Reino Unido estabeleceu-se como destino principal. Em 2013, foi atingido o valor máximo de fluxos de saída de emigrantes – 120 000 (Observatório da Emigração, 2020). Em 2014, os níveis de emigração iniciaram um trajeto de diminuição, motivados pela recuperação económica que Portugal começou a registar. Mais recentemente, a tendência continuou no mesmo sentido, devido à crise mundial causada pela pandemia.

Neste ciclo, verificou-se uma clara “europeização” (Pires et al., 2020, p. 21) da emigração, ou seja, uma regionalização do fenómeno na Europa. Em 2017, a percentagem do *stock* de emigrantes nascidos em Portugal a viver na Europa era de 66,3%, seguindo-se o continente Americano (26,1%) e o resto do mundo (7,6%) (Observatório da Emigração, 2020).

Comparadas com as populações dos destinos migratórios tradicionais, as populações de migrantes portugueses dos novos destinos de emigração são: mais jovens; possuem menor percentagem de indivíduos inativos; e possuem uma maior proporção de indivíduos com formação superior (Pires et al., 2020).

2.4.2.1. Formação Superior e as Novas Rotas Migratórias do Século XXI

De acordo com os Censos 2011 (fonte estatística mais recente sobre as qualificações dos emigrantes lusos) (Instituto Nacional de Estatística, 2011), o universo total de emigrantes portugueses é maioritariamente composto por indivíduos com níveis de formação básicos (62%). Contudo, é necessário salientar a evidente mudança a que se tem vindo a assistir na dinâmica entre o processo migratório e os níveis de habilitações literárias dos indivíduos que o iniciam. Os Censos de 2011 revelaram que 11% (145 853 indivíduos) do universo total de emigrantes portugueses possuía habilitações literárias superiores, sendo esta uma maior percentagem do que a anteriormente obtida nos Censos de 2001 (6%). Pires et al. (2020) afirmam que, na década decorrida entre 2000 e 2010, o aumento verificado na proporção da população portuguesa migrante com habilitações superiores parece ser justificado pelo “aumento da qualificação da população portuguesa em geral, mais do que de uma maior incidência da emigração nos setores qualificados” (Pires et al., 2020, p. 26).

Contudo, e apesar de ainda não serem conhecidos os resultados dos Censos 2021 (que irão revelar com maior precisão o novo retrato educacional dos migrantes portugueses), a verdade é que, sobretudo na última década, ouvimos frequentemente que a emigração portuguesa contemporânea é cada vez mais qualificada (Ramos, 2013), verificando-se aquilo

que aparenta ser uma “fuga de cérebros” no nosso país (ou *brain drain*, que corresponde à transferência, de países menos desenvolvidos para países desenvolvidos, de capital humano com níveis de formação altos e variadas competências). Assim, o aumento da escolarização da população de Portugal parece não ser, por si só, a única razão pela qual a proporção de emigrantes qualificados tem vindo a aumentar.

De acordo com as descobertas do projeto de investigação “BRADRAMO - Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe”, iniciado em 2013 e financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, os motivos profissionais (expectativa de melhores e mais adequadas oportunidades de carreira) e económicos (expectativa de remunerações mais elevadas) são os principais impulsionadores da migração qualificada (Gomes et al., 2019), migração esta que, de acordo com os Censos 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2011), possuía a seguinte caracterização sociodemográfica:

- 54,2% dos emigrantes portugueses qualificados pertencia ao género feminino, enquanto que 45,8% pertencia ao género masculino;
- 32,2%, 56,9% e 10,9% destes emigrantes pertenciam, respetivamente, às seguintes faixas etárias: < 30 anos, 30-39 anos e > 39 anos;
- 9,3% completou o nível de Pós-graduação, 25,4% o nível de Licenciatura, 43,00% o nível de Mestrado e 22,3% o nível de Doutoramento.

Esta tendência de “fuga de cérebros”, quando prolongada, acarreta consequências, sendo as mais evidentes a diminuição da oferta de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho de origem e a diminuição do retorno do investimento realizado no percurso educativo por parte dos governos de origem (Gheasi & Nijkamp, 2017). Este retorno, que iria ser recuperado ao longo da vida ativa destes trabalhadores qualificados, é “desviado”, sem custos, para os países de destino (Gheasi & Nijkamp, 2017), não sendo as remessas que estes enviam para Portugal suficientes para compensar a perda económica e social sofrida. Segundo (Gomes et al., 2019), o prejuízo oriundo do número total de migrantes portugueses qualificados contabilizados nos Censos 2011 foi avaliado em cerca de 8,8 mil milhões de euros, abrangendo os custos de formação dos mesmos e as potenciais contribuições económicas (sobretudo na forma de impostos sobre os rendimentos e contribuições para a Segurança Social) que estes gerariam em Portugal se não tivessem emigrado.

Cerca de 43% dos 1011 inquiridos pelo projeto BRADRAMO afirmou ter a intenção de permanecer emigrado durante, pelo menos, 10 anos, o que antecipa a natureza de longo-

prazo da migração qualificada portuguesa. Assim, esta vaga de emigração qualificada parece assemelhar-se mais a um fenómeno de êxodo – em que indivíduos qualificados se vêm forçados a sair da sua pátria de modo a “obter um emprego e uma remuneração correspondente à sua formação” (Cerdeira et al., 2015, p. 49), do que a um fenómeno de diáspora – “salienta os benefícios mútuos de intercâmbio intercultural aberto pela circulação de elites cosmopolitas académicas, científicas e culturais” (Cerdeira et al., 2015, p. 49).

Adicionalmente, importa notar que, segundo Pereira e Azevedo (2019) e Pires et al. (2020), o aumento do número de emigrantes portugueses com formação superior não se verifica de forma homogénea nos diferentes países de destino, verificando-se antes maiores proporções de indivíduos com níveis literários superiores nos países com menores taxas de migrantes com tempo de estadia prolongada. Em suma, os migrantes com formação superior tendem a perfazer a maioria no universo total de migrantes nas novas rotas migratórias e, por outro lado, a minoria nas rotas tradicionais. Verifica-se, assim, que as redes migratórias estabelecidas “são decisivas na reprodução de fluxos mais do que na sua constituição” (Pires et al., 2020, p. 12).

2.5. Migrantes Portugueses no Reino Unido

2.5.1. Estatísticas Relevantes – Séries Anuais

As seguintes estatísticas foram extraídas do mais recente relatório anual sobre a emigração portuguesa do Observatório da Emigração (2021), onde são apresentadas séries anuais sobre este fenómeno, baseadas no cruzamento de dados disponibilizados por fontes nacionais (como o Instituto Nacional de Estatística, a PORDATA e o Banco de Portugal) e fontes internacionais (Eurostat, OCDE, Banco Mundial e Nações Unidas). Adicionalmente, e no caso específico do Reino Unido, são igualmente trabalhados dados obtidos através do Annual Population Survey, do Labor Force Survey, do Office for National Statistics, do Department for Work and Pensions e do Government UK – Home Office.

Como já referido, em 2019, Portugal foi o país da UE que registou a maior taxa de emigração, tendo sido estimado pelas Nações Unidas, em 2017, que o número de indivíduos nascidos em Portugal a viver noutras nações rondava os 2,3 milhões (Observatório da Emigração, 2021b).

Em 2019 (ano em análise no relatório do Observatório da Emigração, 2021), e contrariamente ao que vinha a acontecer desde 2014, houve um aumento do fluxo de saída

de emigrantes do país, tendo 80 000 indivíduos deixado Portugal (face aos 75 000, registados em 2018). Este aumento parece ser explicado pela aproximação à data de efetivação do *Brexit*, verificando-se um crescente receio de que a migração em momentos mais tardios pudesse ser impossibilitada por questões burocráticas. Destes, 24 593 rumaram ao Reino Unido, verificando-se um aumento de partidas para este destino de 30,3%, face a 2018. Globalmente, a entrada de migrantes portugueses no Reino Unido correspondeu a 3,2% do número de entradas total neste território, sendo Portugal a sétima nação de onde mais migrantes provieram. Cerca de 45% dos novos migrantes portugueses no Reino Unido pertenciam ao género feminino e os restantes 55% ao género masculino. A distribuição destes novos migrantes, por faixa etária, foi a seguinte: < 15 anos (2,6%); 15-39 anos (71%); 40-64 anos (24,2%); > 65 anos (2%).

No ano em análise, o *stock* de migrantes nascidos no estrangeiro a viver no Reino Unido foi de 9 482 000, aproximadamente, perfazendo cerca de 14,4% da população total da nação. Destes, 165 463 nasceram em Portugal, correspondendo a 0,3% da população total e 1,8% do total de migrantes. Relativamente a 2018, o *stock* de migrantes nascidos no estrangeiro a viver no Reino Unido aumentou cerca de 1,5%, sendo que para este incremento contribuiu o aumento de 17,1% no *stock* de migrantes nascidos em Portugal. Entre os principais países de destino da migração portuguesa, esta foi a maior variação de *stock* registada. Em 2019, cerca de 49,4% e 50,6% dos migrantes nascidos em Portugal a viver no Reino Unido eram do género feminino e masculino, respetivamente. Para além disso, a distribuição destes migrantes, por faixa etária, foi a seguinte: < 15 anos (11,4%); 15-39 anos (54,3%); 40-64 anos (30,4%); > 65 anos (4%). Assim, podemos concluir que a população portuguesa emigrada no Reino Unido é equilibrada na sua distribuição por género e maioritariamente jovem, composta por indivíduos em idade ativa.

Já o *stock* de migrantes com nacionalidade estrangeira a viver no Reino Unido, em 2019, foi de 6 227 000, o que corresponde a 9,4% do total da população. Destes, 251 191 tinham nacionalidade portuguesa. Em comparação a 2018, o *stock* de migrantes com nacionalidade estrangeira a viver no Reino Unido aumentou 2%, enquanto que o *stock* de migrantes com nacionalidade portuguesa aumentou 12,8%, aproximadamente.

Em 2019, tal como se verificou ano após ano desde 2015, houve um aumento do número de migrantes portugueses (16,84%, aproximadamente) que adquiriram nacionalidade Britânica, perfazendo o total de 2 227.

Por último, é relevante destacar que, entre 2018 e 2019, o valor total de remessas recebido por Portugal teve uma subida de 1,1%, perfazendo um total de cerca de 3,6 mil milhões de euros, o que corresponde a 1,7% do PIB português, aproximadamente. Em 2019, Portugal recebeu do Reino Unido cerca de 359 620 000 €, sendo este o terceiro país que mais remessas enviou para Portugal, a seguir a França e Suíça (que enviaram, aproximadamente, 30% e 27,1% do montante total, respetivamente). Comparativamente a 2018, verificou-se um aumento de cerca de 4,6% no valor das remessas provenientes do Reino Unido (Banco de Portugal, 2021).

2.5.2. Estatísticas Relevantes – Censos 2011

Os Censos de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2011) revelaram que cerca de 38% dos migrantes portugueses a residir no Reino Unido possuíam algum tipo de qualificação superior, enquanto aproximadamente 35% apenas tinha formação básica. Apresentando, a título comparativo, o caso de França, vemos que esta nação apresentou uma percentagem de migrantes portugueses com habilitações literárias superiores e básicas de, respetivamente, 7% e 70%. Como referido previamente, os países que apresentam uma maior proporção de migrantes portugueses altamente qualificados são aqueles que se tornaram destino da emigração portuguesa mais recentemente, onde o Reino Unido está claramente incluído.

Por ainda não termos acesso à informação dos mais recentes Censos realizados, é impossível apresentar nesta dissertação uma proporção atualizada relativamente aos níveis de habilitações literárias dos migrantes portugueses no Reino Unido. No entanto, e tal como defendido por Pereira e Azevedo (2019), por este já ser, em 2011, o país com a maior taxa de migrantes lusos qualificados e por se assumir, desde 2014, como o principal destino da emigração portuguesa, é muito expectável que o número de imigrantes com habilitações literárias superiores tenha aumentado.

Adicionalmente, estes mesmos Censos indicaram que aproximadamente 27% dos migrantes portugueses ativos a residir no Reino Unido desempenhavam um emprego altamente qualificado.

2.6. Estudos do Caso Português

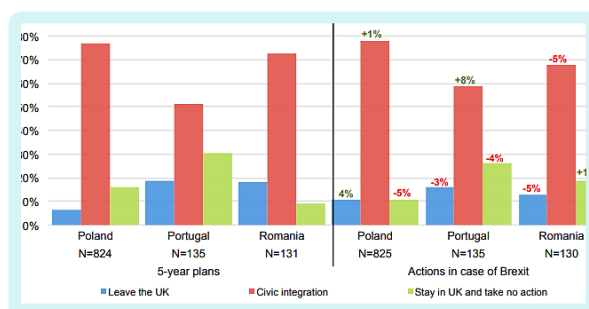
Como referido na Introdução da presente dissertação, a migração portuguesa no Reino Unido perante o *Brexit* foi já estudada em duas ocasiões distintas, apresentando-se, de seguida, as principais conclusões obtidas.

2.6.1. Moreh et al. (2016)

Através de um questionário *online*, previamente disseminado à realização do Referendo de 2016, os autores analisaram as intenções migratórias futuras de cidadãos residentes no Reino Unido pertencentes aos três maiores grupos imigrantes e europeus daquele país – polacos, portugueses e romenos. O objetivo principal da análise foi perceber quais seriam as estratégias adotadas (sair ou ficar) por estes três grupos, caso o seu estatuto legal e social fosse modificado em consequência do *Brexit*.

Dos 1158 questionários considerados válidos, 139 foram respondidos por migrantes nascidos em Portugal. A caracterização sociodemográfica dos respondentes portugueses foi a seguinte: 55% dos participantes pertencia ao género feminino e 45% ao género masculino; a média de idades dos mesmos foi de 35,6 anos; a média de tempo de estadia no Reino Unido estabeleceu-se nos 4 anos 2 meses, sendo que 74% dos respondentes residia no país há menos de 5 anos e 14% há mais de 10 anos; 87% dos participantes portugueses residia em Inglaterra, 8% na Escócia, 4% no País de Gales e apenas 1% na Irlanda do Norte; 30% dos respondentes eram casados ou encontravam-se em união de facto e 33% tinha filhos; 75% dos respondentes portugueses fazia parte da população economicamente ativa - 58% a trabalhar por conta de outrem a tempo inteiro, 10% a trabalhar por conta de outrem a tempo parcial e 7% a trabalhar por conta própria; 78% tinha um nível de formação superior, 19% um nível de formação secundário e 3% um nível de formação vocacional.

Gráfico 2 – Plano de 5 anos e ações, no caso do *Brexit*



Fonte: Moreh et al. (2016)

Excluindo os participantes que já possuíam ou já se tinham candidatado para a obtenção de um título de residência permanente (no caso do grupo português, apenas 2% dos participantes), descobriu-se que, da globalidade dos três grupos, 10% tencionava deixar o Reino Unido independentemente do resultado do Referendo, 73% tencionavam permanecer no Reino Unido e candidatar-se a um título de residência permanente ou nacionalidade britânica e 17% planeava permanecer no Reino Unido e não adotar qualquer das duas ações

mencionadas no grupo anterior. O grupo português foi o que apresentou uma maior percentagem de intenções de saída e uma menor percentagem de intenções de integração cívica (candidatura a um título de residência permanente ou nacionalidade britânica).

Imposto o cenário de ocorrência do *Brexit*, a proporção de portugueses que tencionava permanecer e não adotar medidas de integração cívica diminui, aumentando a percentagem de indivíduos com intenções de ficar naquele território e adotar ações de integração cívica. A diferença encontrada revela que os portugueses (face aos polacos e romenos) “possivelmente sentindo-se mais seguros em relação aos seus direitos de cidadania da UE, estão menos inclinados a submeterem-se à integração cívica, a menos que os seus direitos na UE sejam minados pelo *Brexit*” (Moreh et al., 2016, p. 3).

Adicionalmente, os questionários considerados indicavam que cerca de 65% dos respondentes tencionava naturalizar-se em algum momento no futuro, tendo-se registado uma proporção no grupo português de 48%.

2.6.2. Rocha et al. (2020)

A elaboração da dissertação de Mestrado de Rocha (2018) (mais tarde compactada e oficialmente publicada pelo Observatório da Emigração (Rocha et al., 2020) teve como foco a exploração das trajetórias, motivações migratórias e perceções do *Brexit* por parte dos migrantes portugueses do Reino Unido, sendo, também, apresentados os planos futuros dos inquiridos até 2019 e 2021.

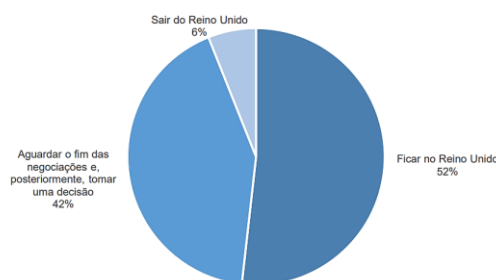
Parte da metodologia utilizada incluiu a realização de um questionário *online*, em 2018, destinado a migrantes portugueses residentes no Reino Unido, tendo participado no estudo 1 012 indivíduos. A caracterização sociodemográfica dos respondentes foi a seguinte: 65% dos participantes pertencia ao género feminino e 35% ao género masculino; 36% pertencia à faixa etária dos 25-34 anos e 35% à faixa etária dos 35-44 anos; 55% dos respondentes residia no Reino Unido há menos de 5 anos e 69% há menos de 10 anos; 91% dos participantes residia em Inglaterra, 5% na Escócia, 3% no País de Gales e apenas 1% na Irlanda do Norte; 40% possuía formação superior e 35% formação secundária; 65% da amostra auferia níveis de rendimento anual inferiores a £30 000; adicionalmente, os níveis médios de rendimento anual dos migrantes portugueses, quando comparados com os níveis médios auferidos pelos britânicos, revelaram-se inferiores, em todas as faixas etárias; assim, estamos perante uma situação de “desqualificação profissional em muitos destes emigrantes portugueses, sendo essa situação mais evidente nos mais jovens” (Rocha et al., 2020, p. 13);

90% dos participantes fazia parte da população economicamente ativa; 86% não possuía título de residência permanente e 97% não tinha nacionalidade britânica.

Contextos económicos e profissionais desfavoráveis foram as motivações mais escolhidas como justificação da saída de Portugal. Por outro lado, um maior nível de emprego disponível, mais prosperidade económica, maiores salários, conhecimento de família/amigos já estabelecidos no Reino Unido, conhecimento da língua inglesa, maior valorização das qualificações e diversidade cultural foram as motivações mais escolhidas como justificação da escolha do Reino Unido como destino migratório.

Cerca de 64% dos respondentes afirmaram que o *Brexit* correspondeu a uma decisão errada do povo britânico, enquanto que 8%, aproximadamente, considerou a escolha de saída do Reino Unido da UE como correta. Estes resultados indicaram que os participantes com níveis de formação mais elevados tendem a considerar o resultado do Referendo como errado, enquanto que os indivíduos com menos formação tendem a considerar o oposto.

Gráfico 3 – Planos dos portugueses emigrados no Reino Unido, até março de 2019



Fonte: Rocha et al. (2020)

Relativamente às intenções migratórias futuras até 2019, verifica-se, pelo gráfico 2, que, à data (não estando ainda terminadas as negociações entre o Reino Unido e a UE sobre o acordo de saída), apenas 6% dos participantes tencionava partir do Reino Unido antes da efetivação do *Brexit*. Assim, é evidente que, neste momento do tempo, o *Brexit* não tinha ainda impactado fortemente as intenções migratórias futuras dos migrantes portugueses, salientando-se, contudo, a considerável percentagem de respondentes (42%) que optou por adiar a sua decisão até serem conhecidos mais contornos do acordo de saída do Reino Unido da UE. Dos 6% de participantes que tencionava partir do Reino Unido, 66% afirmou que pretendia voltar a Portugal e 23% pretendia migrar para outro país da UE.

Foram ainda questionados os 94% de respondentes que tencionavam permanecer no Reino Unido até março de 2019 acerca das suas intenções migratórias futuras até março de 2021. Destes, 77% indicou que pretendiam permanecer no Reino Unido, enquanto que 23%

pretendia partir. Estes dados revelaram que são os migrantes mais jovens, pertencentes à faixa etária dos 25-34 anos, os que mais tencionam deixar o território até março de 2021. Cerca de 60% dos respondentes tenciona adotar ações de integração cívica, tendo-se verificado um aumento relativamente aos que o pretendiam fazer até março de 2019 (51,9%). Dos 77% de respondentes que indicaram pretender permanecer no Reino Unido até 2021, 52% revelou tencionar candidatar-se à aquisição de um título de residência permanente.

Finalmente, é relevante referir que 32% do número total de inquiridos afirmou não conhecer o novo estatuto de residente (no âmbito do EU Settlement Scheme), aplicável aos cidadãos da UE que migraram para o Reino Unido antes de 31 de dezembro de 2020. Os participantes com níveis de formação básicos revelaram-se os menos informados.

3. Metodologia

O grande foco desta dissertação são as tendências migratórias mais recentes dos migrantes portugueses residentes no Reino Unido, assim como o seu desenvolvimento futuro perante o *Brexit*. Pretende-se aferir se a nova condição do Reino Unido está, de facto, a afetar as intenções migratórias futuras dos migrantes portugueses lá residentes. No fundo, o presente trabalho pretende proporcionar um desenvolvimento do conhecimento já existente sobre este tema, apresentado por Moreh et al. (2016) e Rocha et al. (2020), sendo o seu principal carácter diferenciador o momento do tempo em que a investigação foi levada a cabo. Assim, por ter sido realizada após a efetivação do *Brexit*, os resultados apresentados neste trabalho vêm atualizar, com níveis de incerteza inerentes menores (relativos à conjuntura de saída do país da UE), o corpo de conhecimento existente.

Para atender a estes objetivos, foram maioritariamente utilizadas metodologias de investigação de carácter quantitativo, mas também qualitativo.

3.1. Inquérito por Questionário *Online*

A investigação levada a cabo no âmbito desta dissertação centrou-se na obtenção de informação primária que desse resposta à questão: será que o *Brexit* tornou realidade (e não somente uma condição futura longínqua) está (ou não) a alterar os planos migratórios futuros dos migrantes portugueses residentes no Reino Unido? Posto isto, pretendia-se captar e generalizar as intenções migratórias futuras de migrantes portugueses residentes no Reino Unido.

Assim, o método de recolha de informação primária adotado foi o inquérito por questionário *online*, por permitir a recolha de informação sobre uma grande variedade de dados sobre um mesmo indivíduo e, ao mesmo tempo, a recolha de informação sobre um mesmo aspeto de muitos indivíduos (Sousa & Baptista, 2011). Para além disto, o inquérito por questionário *online* revela-se monetariamente económico, possibilitando a obtenção de amostras de dimensão significativa e geograficamente dispersas, num intervalo de tempo reduzido. Adicionalmente, este método facilita o tratamento estatístico dos dados, mantém o anonimato dos participantes e evita que, aquando do preenchimento do questionário, o inquirido não seja influenciado pelo investigador.

Numa fase inicial, com o intuito de serem detetados erros gramaticais, fraquezas e incoerências no conteúdo e ordem das questões, o questionário foi testado por 11 indivíduos.

As suas respostas não foram contempladas nos resultados apresentados na próxima secção, uma vez que a ordem e a sintaxe de algumas questões foram alteradas posteriormente.

A versão final do questionário contemplou um total de 62 questões, redigidas em língua portuguesa e divididas por 19 secções (o questionário pode ser consultado no Anexo I desta dissertação). Na secção 1, para além de um breve enquadramento da investigação, foram apresentados os objetivos e tempo de preenchimento do questionário e referido o caráter voluntário, confidencial e anónimo de participação. As secções 2, 3 e 4 centraram-se na captação de características sociodemográficas relevantes dos inquiridos, enquanto que as secções 5 a 9 pretenderam recolher informação acerca da história migratória dos mesmos. Tendo por base a taxonomia de Czaika e Reinprecht (2020), a secção 10 focou-se na identificação dos fatores de repulsa de Portugal, enquanto que a secção 11 focou-se na identificação dos fatores de atração do Reino Unido. As secções 12 e 13 permitiram captar a situação de vida atual no Reino Unido dos respondentes, enquanto que a secção 14 focou-se na exploração do tema “*Brexit*”. As secções 15 a 18 focaram-se na recolha de dados sobre as intenções migratórias futuras dos inquiridos, terminando, a secção 19, com um espaço para a redação de comentários adicionais acerca de como o *Brexit* afetou/afeta o percurso migratório no Reino Unido do participante.

Foram incluídas perguntas de resposta obrigatória e não obrigatória, sob a forma de questões de resposta fechada (nomeadamente, questões de filtro, escolha múltipla, resposta única, dicotómicas e de matriz), semi-fechada e aberta, sendo que as últimas duas tipologias de questões pretenderam conferir uma maior profundidade à compreensão dos fenómenos evidenciados pelas questões fechadas. A duração de preenchimento total do questionário foi estimada em cerca de 10-15 minutos.

O inquérito por questionário *online* foi construído na plataforma gratuita Formulários do Google, tendo sido aceites respostas durante 3 semanas, entre as 20 horas do dia 13 de março e as 20 horas do dia 3 de abril de 2021.

Dado o objetivo da investigação assumido nesta primeira fase, o questionário foi destinado à inquirição de um grupo da população em estudo (os migrantes lusos atualmente residentes no Reino Unido, que tenham migrado para esse território antes do dia 1 de janeiro de 2021), tendo-se pretendido atingir uma amostra diversificada em vários sentidos, nomeadamente ao nível da faixa etária, tempo de residência no Reino Unido, situação profissional e familiar, entre outros. Algumas respostas foram obtidas através da disseminação direta do questionário por membros das minhas redes de contactos pessoais.

No entanto, a grande maioria das respostas foram obtidas através da disseminação do questionário em redes sociais, tendo sido o Facebook a principal plataforma de angariação de participantes. Dado o público alvo do questionário, procedeu-se a uma aproximação ao público pretendido e, através de publicações que apresentavam a investigação e continham o *link* para participação no questionário, foram apenas visados os indivíduos pertencentes a 12 grupos da rede social Facebook especialmente destinados a migrantes portugueses do Reino Unido, com um número de membros que variou entre os 283 - 24 440. Tendo tudo isto em conta, a amostra da presente investigação revela-se não probabilística, pois foi obtida por acessibilidade e conveniência.

Os dados recolhidos pela plataforma Formulários do Google foram diretamente extraídos para o *software* Excel, tendo sido posteriormente feita uma organização na tabulação obtida, assim como uma codificação dos mesmos. Os dados quantitativos foram estatisticamente tratados através do *software* SPSS, enquanto que os dados qualitativos foram analisados com recurso ao *software* NVivo.

No total, participaram no inquérito 509 indivíduos, tendo sido validadas 502 respostas (7 respondentes migraram para o Reino após o dia 1 de janeiro de 2021).

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

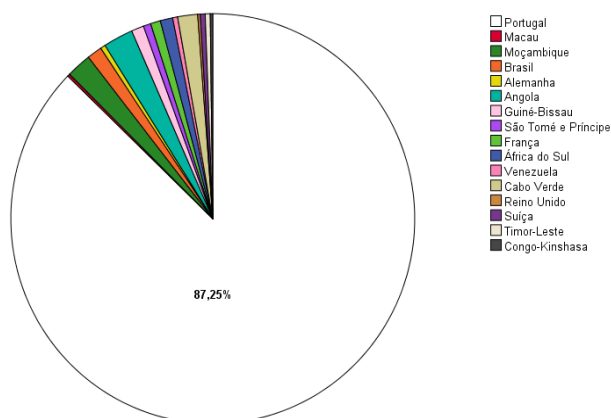
Na presente secção, são apresentados e analisados os resultados do inquérito por questionário *online* realizado, sendo também estabelecidas algumas comparações com os estudos do caso português realizados por Moreh et al. (2016) e Rocha et al. (2020). A ordem de apresentação dos dados segue a disposição das secções do questionário, secções estas que já foram apresentadas na Metodologia. Para além disso, importa referir que constam, no Anexo II, gráficos e tabelas complementares aos resultados apresentados nesta secção e obtidos através do *software* SPSS.

4.1. Inquérito por Questionário *Online*

4.1.1. Perfil Sociodemográfico

Dos 502 respondentes do questionário, 438 nasceram em Portugal, o que corresponde à maioria da amostra (87,25%), devendo-se igualmente salientar que cerca de 8,2% dos inquiridos nasceram em países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Relativamente à nacionalidade, verificou-se que 482 indivíduos possuíam apenas uma nacionalidade, enquanto os restantes 20 possuíam pelo menos duas nacionalidades (o questionário não permitia a inserção de mais de duas nacionalidades). Dos indivíduos com apenas uma nacionalidade, 478 tinham nacionalidade portuguesa, 3 nacionalidade britânica e 1 nacionalidade sul africana, sendo que estes 4 últimos indivíduos eram naturais de Portugal. Dos 20 indivíduos com pelo menos duas nacionalidades, verificou-se que, para além de todos possuírem nacionalidade portuguesa, 9 tinham nacionalidade britânica, 4 brasileira, 3 cabo-verdiana, 2 sul africana, 1 norte-americana e 1 neerlandesa.

Gráfico 4 – Caracterização da amostra, por naturalidade

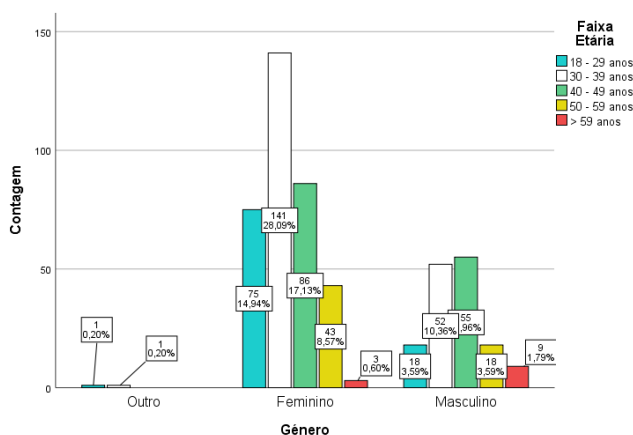


Fonte: elaboração própria

Tendo em conta a distribuição por género do *stock* de migrantes lusos residentes no Reino Unido, em 2019 - 49,4% pertencente ao género feminino e 50,6% ao género masculino (Observatório da Emigração, 2021b) verifica-se que a paridade de género da amostra alcançada não foi verificada, uma vez que 69,3% dos participantes do questionário afirmaram ser do género feminino. Esta clara diferença de participação entre géneros, também verificada por Rocha et al. (2020), parece não ser justificada por alterações ocorridas, ao longo de 2020 e 2021, na estrutura humana dos migrantes portugueses do Reino Unido, mas sim pelo facto de indivíduos pertencentes ao género feminino serem mais propícios a completarem questionários mais longos, tal como evidenciado por Saleh e Bista, 2017.

Para além disso, a distribuição por faixa etária dos participantes foi a seguinte: 18,7% pertencia à faixa etária dos 18-29 anos, 38,6% à faixa etária dos 30-39 anos, 28,1% à faixa etária dos 40-49 anos, 12,2% à faixa etária dos 50-59 anos e 2,4% à faixa etária com mais de 59 anos. Assim, 57,4% dos participantes tinham idade igual ou inferior a 39 anos. Estabelecendo uma comparação com a distribuição por faixa etária do *stock* de migrantes lusos residentes no Reino Unido, em 2019 - 11,4% com menos de 15 anos, 54,3% com 15-39 anos, 30,4% com 40-64 anos e 4% com 65 ou mais anos (Observatório da Emigração, 2021b), verifica-se uma concordância entre a amostra e a população em estudo relativamente à característica em análise, na medida em que indivíduos com idade igual ou inferior a 39 anos estão em clara maioria. Tal facto foi também verificado por Rocha et al. (2020). A juvenilidade da amostra confirma também a tendência das populações de migrantes portugueses dos novos destinos migratórios serem maioritariamente jovens, tal como referido por Pires et al. (2020).

Gráfico 5 – Caracterização da amostra, por género e faixa etária



Fonte: elaboração própria

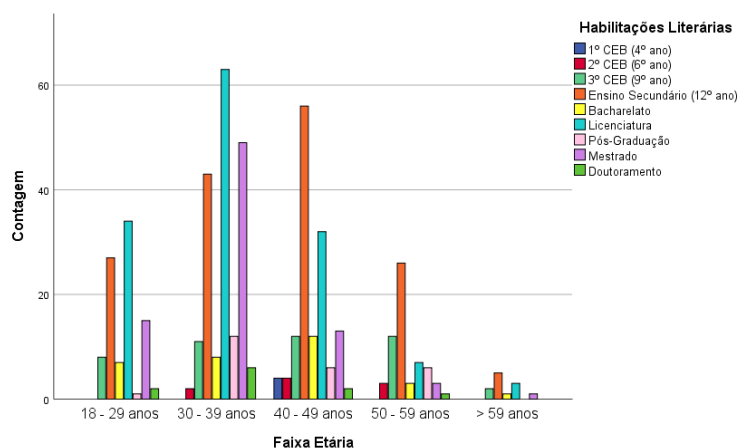
Relativamente ao estado civil dos participantes, os resultados revelaram que 41,8% dos mesmos eram solteiros e 48,4% casados ou unidos de facto. Destes últimos, que perfizeram um total de 243 indivíduos, a maioria (63,4%) revelou ser casado/unido de facto com um indivíduo de nacionalidade portuguesa, sendo que a segunda nacionalidade mais escolhida foi a britânica (11,5%). Quanto ao número de filhos dos participantes da amostra, exatamente 50% dos inquiridos revelou ter um ou mais filhos – 20,7% afirmou ter um ou mais filhos com nacionalidade portuguesa, 20,3% ter um ou mais filhos com nacionalidade britânica e 9% ter mais do que um filho, tendo os mesmos nascido em ambos os territórios. Estes dados revelam-se pertinentes, uma vez que, caso se verifique a nacionalidade britânica do indivíduo com quem os participantes são casados/unidos de facto e/ou de um ou mais dos seus filhos, os participantes poderão vir a usufruir de estatutos que propiciem a sua continuidade no Reino Unido (por exemplo, através de naturalização ou por direito a permanência por responsabilidades parentais).

A análise às habilitações literárias da amostra revelou que metade dos participantes (51%) possuía algum tipo de qualificação superior (licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento). Cerca de 31,6% afirmou ter habilitações até ao nível máximo do ensino secundário (12.º ano), 11,6% ter habilitações literárias básicas (1.º, 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico) e 6,2% possuir um grau de bacharel. Verifica-se que a proporção de participantes com formação superior difere da apresentada por Rocha et al. (2020) (40%), mas sobretudo da exposta por Moreh et al. (2016) (78%). Contudo, tendo em conta a real distribuição por habilitações literárias dos migrantes portugueses a residir no Reino Unido, em 2011 (38% com formação superior e 35% com formação básica), a amostra parece confirmar a tendência expectável de crescimento da proporção de migrantes com qualificações superiores naquele território (Pereira & Azevedo, 2019).

Adicionalmente, verificou-se que 54,89% dos respondentes do género feminino possuía uma habilitação literária superior, enquanto que, no grupo de respondentes do género masculino, a proporção fixou-se nos 42,11%. Cerca de 72% dos inquiridos com qualificações superiores pertenciam às faixas etárias dos 18-29 anos e 30-39 anos. Analisando os diferentes grupos etários individualmente, apurou-se que, mais uma vez, as faixas etárias dos 18-29 e 30-39 anos são as que registam maiores proporções de indivíduos com formação superior (55,32% e 67,01%, respetivamente). Estes resultados parecem estar em concordância com a caracterização da migração qualificada portuguesa, em 2011 (Censos, 2011) verificando-se uma predominância de indivíduos do género feminino no universo total

de indivíduos com formação superior e, para além disso, uma predominância de indivíduos jovens, nomeadamente com idades inferiores a 39 anos.

Gráfico 6 – Caracterização da amostra, por faixa etária e habilitações literárias



Fonte: elaboração própria

Por fim, 78,3% dos participantes afirmou possuir um domínio da língua inglesa alto ou muito alto, 18,9% moderado e apenas 2,8% baixo ou muito baixo.

4.1.2. Percurso Migratório

Aproximadamente 77,7% dos inquiridos nunca tinha tido uma experiência migratória. Dos 112 que afirmaram ter sido migrantes anteriormente, 91 viveram em apenas um território, 20 em dois ou três, tendo ainda havido um participante que partilhou já ter sido migrante em 4 destinos distintos. No total, como destinos de migração passada, foram indicados 27 territórios, 16 dos quais no continente europeu. Destes últimos, Espanha, França, Países Baixos e Suíça foram os mais frequentemente indicados como destino de migração passada. Estes resultados vão de encontro à tendência de “europeização” (Pires et al., 2020, p. 21) da migração portuguesa e confirmam ainda o estatuto de França e Suíça como rotas tradicionais da migração portuguesa.

Verificou-se que os 502 participantes do questionário migraram para o Reino Unido entre 1970 e 2020, sendo que apenas 37,6% dos mesmos migraram até 2013. Os restantes 62,4% chegaram ao Reino Unido a partir do ano 2014, tendo o ano 2015 registado o maior número de entradas dos participantes da amostra. Estes resultados estão em harmonia com a indicação do Reino Unido como rota migratória recente da migração portuguesa, assim como o facto do mesmo ser, desde 2014, o principal destino dos migrantes portugueses e ter registado, em 2015, o maior número de sempre de entradas de migrantes lusos (Observatório da Emigração, 2021a).

À semelhança dos resultados obtidos por Moreh et al. (2016) e Rocha et al. (2020), verificou-se que a grande maioria dos participantes do questionário residiam em Inglaterra (86,5%), seguindo-se a Escócia (10,8%), o País de Gales (1,8%) e a Irlanda do Norte (1%). Adicionalmente, verificou-se uma significativa dispersão dos inquiridos pelos diferentes distritos/regiões dos quatro países membros do Reino Unido.

4.1.3. Fatores de Repulsa a Portugal vs. Fatores de Atração ao Reino Unido

De modo a averiguar quais as principais razões de saída de Portugal e entrada no Reino Unido dos indivíduos da amostra, foram construídas duas secções no questionário (uma para cada território) onde constavam 9 questões de resposta múltipla¹ que, no seu todo, possuíam 24 opções de escolha. Estas questões e opções múltiplas de resposta foram baseadas nas 9 dimensões e 24 fatores impulsionadores da migração, propostos por Czaika & Reinprecht (2020).

Tabela 2 – Caracterização da amostra, por fatores de repulsa a Portugal e por fatores de atração ao Reino Unido

<u>Dimensão</u>	<u>Fatores de Repulsa a Portugal</u>	<u>N</u>	<u>Percentagem de casos (%), no total da amostra</u>
Económica	Condições económicas e de negócio desfavoráveis	256	51,0%
	Mercado de trabalho e empregabilidade desfavoráveis	427	85,1%
	Desenvolvimento rural/urbano e padrões de vida insatisfatórios	106	21,1%
	Pobreza e desigualdade acentuadas	132	26,3%
Ambiental	Alterações climáticas e condições ambientais	24	4,8%
	Desastres naturais e choques ambientais	11	2,2%
Demográfica	Dinâmicas da população (envelhecimento, mortalidade, fertilidade, etc.)	99	19,7%
	Tamanho e estrutura familiar	108	21,5%
Desenvolvimento Humano	Serviços educacionais e oportunidades de formação desfavoráveis	269	53,6%
	Serviços e condições de saúde desfavoráveis	119	23,7%
Individual	Recursos pessoais e experiências migratórias	219	43,6%
	Aspirações e atitudes migratórias	261	52,0%
Político-Institucional	Infraestruturas, serviços e provisões públicas insatisfatórias	195	38,8%
	Gestão e infraestruturas migratórias	34	6,8%
	Políticas migratórias e outras políticas públicas	61	12,2%
	Direitos civis e políticos desfavoráveis	178	35,5%
Segurança	Conflitos, guerras e violência	9	1,8%
	Situação política, repressão e transições de regime	145	28,9%
Sociocultural	Comunidades e redes migratórias	65	12,9%
	Normas e laços culturais desfavoráveis	61	12,2%
	Relações de género desfavoráveis	68	13,5%
Supranacional	Globalização	116	23,1%
	Laços transnacionais	55	11,0%
	Relações internacionais e transformações geopolíticas	71	14,1%

<u>Dimensão</u>	<u>Fatores de Atração ao Reino Unido</u>	<u>N</u>	<u>Percentagem de casos (%), no total da amostra</u>
Económica	Condições económicas e de negócio favoráveis	296	59,0%
	Mercado de trabalho e empregabilidade favoráveis	451	89,8%
	Desenvolvimento rural/urbano e padrões de vida satisfatórios	158	31,5%

¹ Após o tratamento estatístico dos resultados obtidos nestas duas secções do questionário, deduziu-se que alguns participantes entenderam ser obrigatório a seleção de pelo menos um fator em todas as 9 questões de cada secção. Isto fez com que as frequências de resposta de alguns fatores fossem mais elevadas que o expectável, nomeadamente nos fatores “alterações climáticas e condições ambientais”, “desastres naturais e choques ambientais” e “conflitos, guerras e violência” (que, nos casos específicos de Portugal e Reino Unido, parecem não ser causas evidentes de repulsão e/ou atração migratória).

	Pobreza e desigualdade reduzidas	87	17,3%
Ambiental	Alterações climáticas e condições ambientais	54	10,8%
	Desastres naturais e choques ambientais	10	2,0%
Demográfica	Dinâmicas da população (envelhecimento, mortalidade, fertilidade, etc.)	106	21,1%
	Tamanho e estrutura familiar	110	21,9%
Desenvolvimento Humano	Serviços educacionais e oportunidades de formação favoráveis	360	71,7%
	Serviços e condições de saúde favoráveis	225	44,8%
Individual	Recursos pessoais (ex.: conhecimento da língua, disponibilidade financeira, etc.) e experiências migratórias	360	71,7%
	Aspirações e atitudes migratórias	173	34,5%
Político-Institucional	Infraestruturas, serviços e provisões públicas satisfatórias	208	41,4%
	Gestão e infraestruturas migratórias	75	14,9%
	Políticas migratórias e outras políticas públicas favoráveis	112	22,3%
	Direitos civis e políticos favoráveis	167	33,3%
Segurança	Conflitos, guerras e violência	28	5,6%
	Situação política, repressão e transições de regime	78	15,5%
Sociocultural	Comunidades e redes migratórias	87	17,3%
	Normas e laços culturais favoráveis	135	26,9%
	Relações de género favoráveis	102	20,3%
Supranacional	Globalização	147	29,3%
	Laços transnacionais	72	14,3%
	Relações internacionais e transformações geopolíticas	95	18,9%

Fonte: elaboração própria

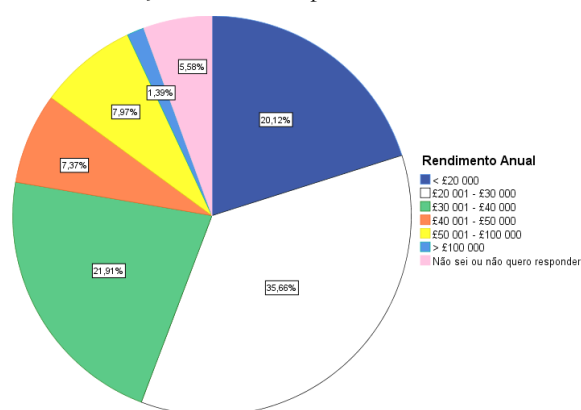
A dimensão económica foi claramente a mais determinante no processo de decisão que levou à migração dos participantes do questionário para o Reino Unido, tal como tinha sido apurado por Rocha et al. (2020). Verificou-se que a maioria dos mesmos apontaram as “condições económicas e de negócio” (51% vs. 59%) e o “mercado de trabalho e empregabilidade” (85,1% vs. 89,8%) como principais fatores de repulsa a Portugal e atração ao Reino Unido. Contudo, como sugerido na Revisão de Literatura e como se constata através da tabela 2, o processo de decisão que levou ao ato migratório dos inquiridos foi altamente complexo, tendo sido influenciado por muitos outros parâmetros (para além dos económicos) e a interação entre eles.

Assim, a influência das dimensões de desenvolvimento humano, individual, político-institucional e segurança foram também notórias, nomeadamente através da ponderação dos fatores “serviços educacionais e oportunidades de formação”, “recursos pessoais e experiências migratórias” e “infraestruturas, serviços e provisões públicas”

4.1.4. Atualidade no Reino Unido

Quanto aos rendimentos dos inquiridos, concluiu-se que mais de metade dos mesmos (56,4%) tinha rendimentos anuais individuais baixos, inferiores a £30.000,00.

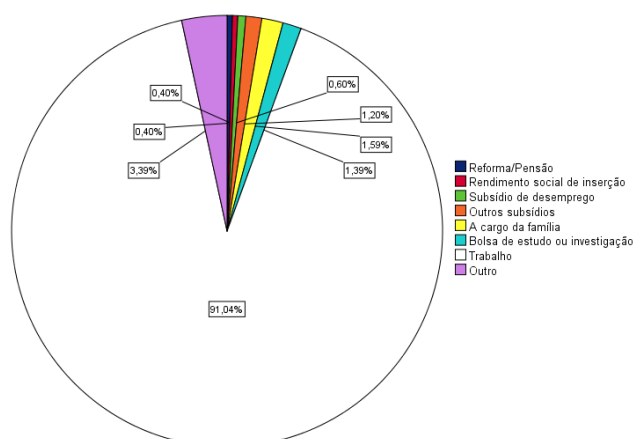
Gráfico 7 – Caracterização da amostra, por rendimento anual individual



Fonte: elaboração própria

Fazendo uma análise conjunta dos níveis de rendimentos anuais e das habilitações literárias dos inquiridos, verificou-se que a proporção de indivíduos que auferia rendimentos anuais inferiores a £30.000,00 decresceu à medida que as habilitações aumentaram (100% no grupo de inquiridos com o 1.º ciclo do ensino básico (4.º ano), 77,78% com o 2.º ciclo do ensino básico (6.º ano), 71,1% com o 3.º ciclo do ensino básico (9.º ano), 68,15% com o ensino secundário (12.º ano), 58,06% com bacharelato, 53,95% com a licenciatura, 36% com uma pós-graduação, 35,8% com o mestrado e 18,18% com o doutoramento. Por sua vez, uma análise aos níveis de rendimentos anuais e às faixas etárias dos participantes indicou que a maior proporção de indivíduos (73,40%) que auferia rendimentos anuais inferiores a £30.000,00 foi verificada no grupo etário dos 18-29 anos. Adicionalmente, verificou-se também diferenças de rendimento ao nível do género, uma vez que a proporção de indivíduos que auferiu rendimentos anuais inferiores a £30.000,00 foi significativamente maior no grupo feminino (62,36% vs. 42,10%).

Gráfico 8 – Caracterização da amostra, por meio de sustento no Reino Unido



Fonte: elaboração própria

Dos 502 inquiridos, 97% afirmou pertencer à população ativa e 91,04% indicou ser o trabalho o principal meio de sustento no Reino Unido. Estes resultados são concordantes com os obtidos por Rocha et al. (2020), “negando a percepção dos britânicos de que os imigrantes europeus que residem no Reino Unido vivem à custa de benefícios e subsídios estatais, recebendo mais do que contribuem sob a forma de pagamento de impostos” (Rocha et al., 2020, p. 13). Dos 457 trabalhadores, 75,1% indicou estar a trabalhar por conta de outrem a tempo integral, 14,4% a tempo parcial e os restantes 10,5% indicaram trabalhar por conta própria. Adicionalmente, 96,1% dos 457 trabalhadores afirmaram ser o inglês a sua língua de trabalho.

Perante a lista dos setores de atividade económica definidos pela NACE Rev. 2— *European Classification of Economic Activities* (Comissão Europeia, 2008), os 457 trabalhadores revelaram estar dispersos por uma grande variedade de setores económicos de atuação. Contudo, verificou-se que o setor da saúde humana e atividades de serviços sociais foi claramente o mais representado, tendo sido selecionado por 26,5% dos indivíduos do grupo de trabalhadores. Este resultado reflete a dinâmica migratória relativamente recente, que se tem desenvolvido com mais intensidade ao longo da última década, de um grupo profissional específico – o(s)/a(s) enfermeiros(as) (Pereira, 2019). A maioria dos inquiridos trabalhadores do setor da saúde humana e atividades de serviços sociais (64,29%) possuía algum tipo de formação superior (sendo o grau de licenciado o mais comum), verificando-se uma significativa representatividade do género feminino. Para além do setor mencionado, os dois setores económicos frequentemente mais escolhidos pelos inquiridos foram o setor da hospitalidade e turismo (16,2%) e o setor da educação (6,1%). No primeiro, o nível de formação superior mais frequentemente escolhido foi o ensino secundário (12.º ano). Já no setor da educação, à semelhança do que foi verificado no setor da saúde humana e atividades de serviços sociais, a maioria dos inquiridos (67,77%) possuía algum tipo de formação superior, sendo o grau de licenciado também o mais comum.

Face à hierarquia das profissões definida pela ESCO v1.0.8 – *European multilingual classification of skills, competences, qualifications and occupations* (Comissão Europeia, 2020c), aproximadamente três quartos dos inquiridos do grupo dos trabalhadores inseriam-se nas seguintes hierarquias: trabalhadores não qualificados/profissões elementares, técnicos e profissões de nível intermédio, especialistas das atividades intelectuais e científicas e pessoal de chefia. O nível de formação frequentemente mais apresentado pelos trabalhadores especialistas das atividades intelectuais e científicas foi a licenciatura (38,4%), seguido do

mestrado (33,6%). Nos outros três níveis hierárquicos referidos, os inquiridos sem formação superior perfaziam a maioria.

Relativamente às formas de relacionamento económico estabelecidas com Portugal, verificou-se que as viagens de lazer a este território assumiram grande importância, já que 73,3% dos 502 inquiridos afirmou realizá-las frequentemente. Para além disso, 21,1% dos participantes afirmaram enviar remessas regulares para a família, em terras lusas, e 7,6% indicou estar na posse ou ser investidor de um ou mais negócios, em Portugal. Ainda assim, 20,5% dos respondentes afirmaram não ter qualquer relação económica evidente com Portugal, por não se enquadrarem em nenhuma das três formas de relacionamento previamente mencionadas.

4.1.5. O *Brexit*

Como era expectável, a maioria dos migrantes inquiridos (86,65%) afirmaram que, se pudessem ter votado no Referendo de 2016, teriam assumido uma posição contrária à saída do Reino Unido da UE. Ainda assim, cerca de 7,6% dos participantes revelaram que teriam votado a favor do *Brexit*, o que, como já tinha sido apontado por Rocha et al. (2020), se revela surpreendente. Fazendo uma análise conjunta das intenções de voto relativas ao *Brexit* das habilitações literárias dos inquiridos, verificou-se que as proporções de indivíduos que afirmaram ser a favor do *Brexit* tendem a ser maiores nos grupos de participantes com níveis de formação mais baixos, sendo certamente mal ou insuficientemente informados acerca das reais implicações do tema.

Tabela 3 – Caracterização da amostra, por intenção de voto no Referendo de 2016 e habilitações literárias

		No Referendo de 2016, votaria:			
		Contra o <i>Brexit</i>	A favor do <i>Brexit</i>	Não sei ou não quero responder	
Habilitações Literárias	1º CEB (4º ano)	50%	25%	25%	100%
	2º CEB (6º ano)	55,6%	33,3%	11,1%	100%
	3º CEB (9º ano)	77,8%	15,5%	6,7%	100%
	Ensino Secundário (12º ano)	80,8%	9,6%	9,6%	100%
	Bacharelato	90,3%	6,5%	3,2%	100%
	Licenciatura	93,5%	3,6%	2,9%	100%
	Pós-Graduação	88%	8%	4%	100%
	Mestrado	92,6%	3,7%	3,7%	100%
	Doutoramento	100%	0	0	100%

Fonte: elaboração própria

Tendo sido recebidas 298 justificações facultativas relativas à intenção de voto assinalada, verificou-se que as 25 opiniões a favor do *Brexit* focavam-se essencialmente em duas ideias – o sentimento de que a imigração no Reino Unido era excessiva e danosa e a percepção de que a pertença do território à UE não era benéfica (sendo registadas opiniões

como “o *Brexit* foi bom para a restauração da independência e da soberania nacional do Reino Unido”; “a UE é uma instituição em falência”; “a soberania de qualquer nação deve ter precedência sobre entidades amorfas como a UE”; “a UE não é uma verdadeira união e não tinha (tinha poucos) benefícios para o Reino Unido”). Em sentido contrário, uma análise às opiniões contra o *Brexit* evidenciou que o principal motivo (mencionado por 114 inquiridos) para tal posição centrava-se no surgimento de restrições de circulação de pessoas e bens com a UE, causados pelo *Brexit*: “concordo com a finalidade da UE e agradava-me poder deslocar-me entre países sem restrições e com segurança”; “valiam bastante a pena os benefícios políticos, sociais económicos dos quais usufruíamos através da identidade europeia e comunitária que fomos construindo”; “acho desnecessário todo o transtorno que é causado na circulação de bens e pessoas, não vendo qualquer benefício no dia-a-dia com a saída do RU”; “importação e exportação de bens está cada vez mais difícil e cara”.

Dado também terem influência no processo de tomada de decisão acerca do futuro migratório dos inquiridos, achou-se pertinente proceder a uma breve análise ao sentimento de pertença e perceção de discriminação no Reino Unido. Concluiu-se que a maioria dos inquiridos avalia positivamente o seu percurso migratório neste território, uma vez que 56,8% concordou sentir-se “em casa”, 74,9% expressou sentir-se inserido e ativo na sociedade, 67,1% e 68,7% afirmou estar realizado profissional e pessoalmente, respetivamente. Para além disso, 68,7% afirmou não se sentir discriminado por ser imigrante.

Tabela 4 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e perceção de discriminação

	Sinto-me “em casa”		Sinto-me inserido(a) e ativo(a) na sociedade		Sinto-me realizado(a) profissionalmente		Sinto-me realizado(a) pessoalmente		Sinto-me discriminado(a) por ser imigrante	
	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.
1 = Discordo Totalmente	8,8%	8,8%	2,6%	2,6%	5,2%	5,2%	4,2%	4,2%	39%	39%
2	6,2%	14,9%	6,4%	9%	6,4%	11,6%	7,2%	11,4%	18,1%	57,2%
3	11,0%	25,9%	6,2%	15,1%	7,4%	18,9%	8,2%	19,5%	11,6%	68,7%
4 = Não Concordo nem Discordo	17,3%	43,2%	10%	25,1%	13,9%	32,9%	11,8%	31,3%	12,7%	81,5%
5	18,7%	62%	17,3%	42,4%	15,7%	48,6%	20,9%	52,2%	11%	92,4%
6	16,5%	78,5%	24,7%	67,1%	23,3%	71,9%	24,9%	77,1%	4,4%	96,8%
7 = Concordo Totalmente	21,5%	100%	32,9%	100%	28,1%	100%	22,9%	100%	3,2%	100%
Total	100%		100%		100%		100%		100%	

Fonte: elaboração própria

Em 2021, com o fim do período transitório do *Brexit*, as alterações regulamentares impostas aos cidadãos da UE a residir no Reino Unido não pareceram alterar de forma significativa a perceção de discriminação e qualidade de vida dos inquiridos, tal como se constata na tabela 5. A maioria dos inquiridos discordou do efeito deteriorador do *Brexit* na

discriminação sofrida (63,9%), direitos (68,3%), vida social (72,7%) e acesso a serviços públicos (73,3%). Por outro lado, o parâmetro da deterioração das oportunidades de trabalho, foi o que registou maiores respostas concordantes ou neutras. Este último resultado pode, contudo, não ser apenas motivado pelo *Brexit*, mas sim pela sua interação com a situação pandémica que ainda vivemos.

Tabela 5 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e perceção de discriminação

	Aumentou a discriminação que sofro por ser imigrante		Pioraram as oportunidades de emprego para imigrantes		Piorou o acesso a serviços públicos		Piorou a minha vida social em geral		Diminuíram os meus direitos	
	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.
1 = Discordo Totalmente	44,6%	44,6%	30,9%	30,9%	54,2%	54,2%	52%	52%	48,6%	48,6%
2	11,8%	56,4%	10,6%	41,4%	11,4%	65,5%	13,9%	65,9%	12,2%	60,8%
3	7,6%	63,9%	7,6%	49%	7,8%	73,3%	6,8%	72,7%	7,6%	68,3%
4 = Não Concordo nem Discordo	17,9%	81,9%	23,9%	72,9%	15,7%	89%	15,9%	88,6%	14,7%	83,1%
5	9,6%	91,4%	10,6%	83,5%	4,8%	93,8%	6%	94,6%	6,2%	89,2%
6	4%	95,4%	8,8%	92,2%	3,2%	97%	2,4%	97%	5%	94,2%
7 = Concordo Totalmente	4,6%	100%	7,8%	100%	3%	100%	3%	100%	5,8%	100%
Total	100%		100%		100%		100%		100%	

Fonte: elaboração própria

4.1.6. Futuro no Reino Unido

Aquando da chegada ao Reino Unido, 30,7% dos inquiridos tinha uma previsão temporal de curto prazo para permanecer no referido território (4,6% previa ficar durante menos de 1 ano, 7,4% durante 1-2 anos e 18,7% durante 3-5 anos). Cerca de 49% dos participantes previam ficar sem um prazo definido, enquanto que 13,3% pretendia residir no país entre 5 a 10 anos e 6,8% previa ficar para sempre.

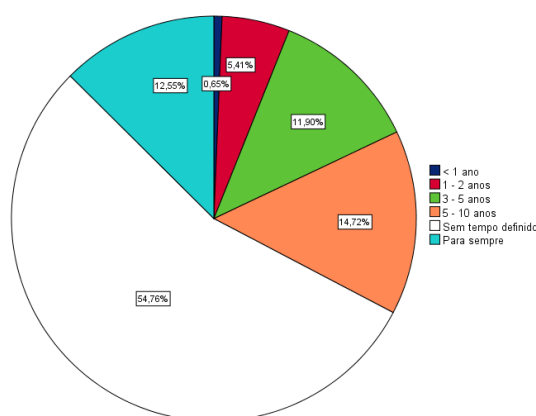
No momento de participação no questionário, 92% dos inquiridos assumiram não ter intenções de saída do Reino Unido, dadas as alterações regulamentares impostas aos cidadãos da UE a residir no território. Este resultado parece indicar que a efetivação do *Brexit* não teve um impacto direto e significativo no futuro migratório dos portugueses residentes no Reino Unido. Uma análise qualitativa às 103 justificações facultativas desta secção do questionário revelou que 62 apresentavam a melhor situação económica e laboral do Reino Unido (face a Portugal) como principal motivo para a permanência, apresentando-se de seguida alguns excertos representativos desta opinião: “os problemas económicos que existem hoje em Portugal são os mesmos que me fizeram sair, por isso não faz sentido voltar”; “o Reino Unido ainda oferece melhor estabilidade financeira do que Portugal”; “a situação em Portugal continua precária”; “aqui sou valorizado profissionalmente”; “tenho melhores oportunidades de progressão na carreira”; “tenho um emprego bem remunerado,

o que não acontecia em Portugal”. Para além disso, 28 inquiridos indicaram ser o contexto familiar o principal motivo para a permanência, tal como se percebe pelas seguintes citações: “a minha família (filhos e netos) está aqui”; “tenho dois filhos e o futuro deles é cá”; “eu vou ser mãe aqui, o meu companheiro é inglês e não pretendo sair deste país”; “tenho dois filhos nascidos em Inglaterra, casados com britânicas e filhos anglo-lusos”; “os meus filhos estão a estudar aqui, sendo que um deles está na universidade (algo que, se estivesse em Portugal, não teria meios financeiros para prosseguir os estudos)”.

Dos 8% de inquiridos que afirmou ter intenções de saída do Reino Unido, 70% declarou ter intenções de regressar a Portugal, enquanto 25% indicou voltar a migrar para um país da UE (excetuando Portugal). Estes resultados mostram-se muito semelhantes aos obtidos por Rocha et al. (2020). Destes 8% de inquiridos em análise, a maioria concordou em sentir-se ativo e inserido na sociedade (67,5%) e realizado profissionalmente (52,5%). Contudo, a realização pessoal (40%), o sentir-se “em casa” (32,5%) registaram níveis de concordância mais baixos.

Voltando ao grupo dos 92% de inquiridos que previa continuar a residir no Reino Unido, verificou-se que a maioria (54,76%) pretendia, aquando do momento de participação no questionário, permanecer no país sem tempo definido. Esta tendência verificou-se em todos as faixas etárias e níveis de habilitações literárias dos inquiridos, à exceção dos respondentes com o doutoramento (40% dos mesmos prevêm ficar no Reino Unido entre 3 a 5 anos).

Gráfico 9 – Caracterização da amostra, por tempo previsto de permanência dos inquiridos que tencionam ficar no Reino Unido



Fonte: elaboração própria

O estatuto de residente (no âmbito do *EU Settlement Scheme*), aplicável aos cidadãos da UE que migraram para o Reino Unido antes de 31 de dezembro de 2020, era conhecido

por 96,8% dos inquiridos que tinham intenção de permanecer no Reino Unido. Convidados a caracterizar brevemente este estatuto, apenas 14 das 367 respostas registadas neste âmbito referiram o carácter negativo do mesmo, através de adjetivos como “confuso”, “complexo”, “burocrático”. Já 293 respostas referiram o estatuto positivamente, afirmando que este era “simples” e “compreensível”.

Tabela 6 – Caracterização da amostra, por solicitação do estatuto de residente permanente definitivo e provisório

		Solicitação, até julho de 2021, do estatuto provisório de residente permanente (pre-settled status)				Total
		Já o fiz	Tenciono fazê-lo	Não tenciono fazê-lo	Não aplicável	
Solicitação, até julho de 2021, do estatuto de residente permanente (settled status)	Já o fiz	102	0	0	194	296
	Tenciono fazê-lo	66	3	1	2	72
	Não tenciono fazê-lo	6	0	1	0	7
	Não aplicável	80	1	0	6	87
Total		254	4	2	202	462

Fonte: elaboração própria

Nos anos de realização das investigações de Moreh et al. (2016) e Rocha et al. (2020), a integração cívica dos residentes da UE a residir no Reino Unido tinha um carácter sobretudo opcional. Contudo, após a efetivação do *Brexit*, a integração cívica, nomeadamente através da solicitação do estatuto de residente permanente (*settled status*) ou do estatuto provisório de residente permanente (*pre-settled status*), passou a ser essencial para garantir a regularidade de permanência no Reino Unido. Neste sentido, os níveis de integração cívica por estas vias revelaram-se altos, verificando-se que 64,07% dos inquiridos que previam permanecer no Reino Unido já tinham solicitado o estatuto de residente permanente e 32,90% o estatuto provisório. A forma de integração cívica através da aquisição de cidadania britânica, apesar de ter registado baixos níveis de efetivação, é planeada por mais de um terço dos inquiridos deste grupo. Os participantes que planeiam adquirir a nacionalidade britânica, revelam altos níveis de concordância com os sentimentos de pertença e realização anteriormente identificados.

Tabela 7 – Caracterização da amostra, por solicitação de cidadania britânica

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Solicitação de cidadania britânica	Já o fiz	16	3,2	3,5
	Tenciono fazê-lo	144	28,7	34,6
	Não tenciono fazê-lo	239	47,6	86,4
	Não aplicável	63	12,5	100,0
	Total	462	92,0	
Omisso	Sistema	40	8,0	
Total		502	100,0	

Fonte: elaboração própria

Um análise aos 94 comentários facultativos finais do questionário acabou por confirmar as tendências de resposta observadas relativas ao futuro migratório dos inquiridos. Uma minoria dos mesmos (6) espelhou a vontade de deixar o Reino Unido devido a, sobretudo, questões de pertença e discriminação, sendo representativos desta situação os seguintes excertos das respostas: “não vale a pena continuar num país claramente xenófobo”; “apercebi-me que não quero continuar a viver num sítio onde não há respeito pelo outro”). Contudo, a grande maioria dos (63) afirmaram claramente que a efetivação do *Brexit* nada tinha mudado na sua condição de migrante até ao momento, não havendo assim razões para deixar o Reino Unido.

5. Conclusões

Através dos resultados obtidos por via desta investigação, foi possível darmos resposta à questão de investigação inicialmente delineada.

A análise ao perfil sociodemográfico dos participantes do questionário permitiu a verificação daquelas que parecem ser as duas cada vez mais frequentes características dos migrantes portugueses das rotas migratórias contemporâneas – a sua juvenilidade e os seus crescentes níveis de formação superior. Na amostra em causa, 57,4% dos inquiridos tinha 39 ou menos anos e 51% revelou ter algum tipo de qualificação superior. Adicionalmente, o estatuto do Reino Unido como nova e recente rota da emigração portuguesa foi também comprovado através da constatação de que mais de 60% dos inquiridos tinham chegado ao país somente a partir de 2014.

Relativamente aos fatores de repulsão a Portugal e atração ao Reino Unido identificados pelos respondentes do questionário, verificou-se uma complexidade muito própria do processo de tomada de decisão migratória, tendo sido indicados como principais influenciadores certos fatores da dimensão económica, individual, de desenvolvimento humano, político-institucional e de segurança. Apesar desta grande interação entre impulsionadores da migração, constatou-se que o fator mais determinante neste âmbito (tanto no sentimento de repulsão a Portugal – 85,1%, como no sentimento de atração ao Reino Unido – 89,8%) foi o relativo à disparidade na conjuntura do mercado de trabalho e empregabilidade dos dois territórios.

Grande parte da amostra (91,04%) revelou estar a trabalhar para se sustentar, verificando-se uma dispersão significativa nos setores económicos em que se inserem os seus empregos. Ainda assim, o setor da saúde humana e atividades de serviços sociais foi o que registou uma maior concentração de respostas (26,5%), o que espelha o fenómeno migratório específico do setor da enfermagem e outros técnicos de saúde.

A maioria dos participantes do questionário (86,65%) revelaram que, se tivessem tido oportunidade para votar no Referendo de 2016, teriam optado por uma posição contrária ao Brexit. Uma análise às mudanças sentidas, em 2021, com a efetivação do Brexit, ao nível da discriminação sofrida por se ser imigrante, dificuldade no acesso a serviços públicos, diminuição de direitos e deterioração da vida social em geral revelou que a maioria dos inquiridos não considera que o *Brexit* tenha tido tais impactos negativos na sua vida.

Quando questionados acerca das suas intenções migratórias futuras, apenas 8% dos participantes indicou querer deixar o Reino Unido brevemente, sendo que a maioria dos mesmos pretende regressar a Portugal ou voltar a migrar para um país da UE.

Para os 92% que afirmaram querer permanecer no Reino Unido, verificou-se que a ainda evidente disparidade de condições económicas e laborais entre este território e Portugal, assim como o contexto e vínculos familiares formados no Reino Unido são as principais razões para a permanência. Para além disso, mais de 95% deste grupo de inquiridos tinha já adotado ações de integração cívica, nomeadamente através da solicitação do estatuto de residente permanente (*settled status*) ou do estatuto provisório de residente permanente (*pre-settled status*), sendo que uns consideráveis 34,6% tencionavam solicitar a aquisição de cidadania britânica.

Tendo em conta todas estas conclusões e voltando à questão de partida da presente dissertação, a resposta à mesma parece ser clara. A efetivação do Brexit, a partir do dia 1 de janeiro de 2021, não está a ter impactos disruptores no futuro dos migrantes portugueses no Reino Unido. A partir da análise qualitativa dos comentários facultativos do questionário, fica claro que grande parte dos respondentes não sente qualquer diferença na sua condição de imigrante. Estes resultados parecem indicar que, para já, o *Brexit* apenas impacta o futuro dos novos migrantes do Reino Unido (que se vêm condicionados por um exigente sistema de pontos para poder residir no país).

Uma das principais limitações do presente trabalho deve-se à não existência e, por conseguinte, à não apresentação de dados estatísticos mais atuais, relevantes e reveladores da real conjuntura da comunidade migrante portuguesa no Reino Unido, não só ao nível de fluxos e *stocks*, como ao nível de dados sociodemográficos pertinentes. Para além disso, os resultados do questionário revelaram que os 24 fatores de repulsão a Portugal e atração ao Reino Unido, apresentados nas secções 10 e 11, deveriam ter sido individualmente explicados, uma vez que a simples leitura de alguns destes fatores parece não ter sido intuitiva para muitos dos inquiridos.

Como sugestão de investigação futura, sugere-se a exploração de como é que a saída efetiva do Reino Unido da UE poderá estar a afetar as intenções migratórias de novos emigrantes portugueses, principalmente as dos mais qualificados.

Referências Bibliográficas

- Africano, A. P., Afonso, Ó., Forte, R., Castro, F. B., Alves, R. H., & Fonseca, M. (2018). *Comércio Internacional - Teorias, Políticas e Casos Práticos* (1.^a ed.). Edições Almedina, S.A.
- Aragón, R. R., & Bretones, F. (2020). Incertidumbres generadas durante el proceso del Brexit entre los trabajadores españoles altamente cualificados. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 172, 3–20. <https://doi.org/10.5477/cis/reis.172.3>
- Banco de Portugal. (2021). *Remessas de emigrantes/imigrantes-Crédito-Mensal-M€*. <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12511630>
- Barwińska-Malajowicz, A., & David, A. (2018). Where do We Go from Here? The EU Migration Flows after the Brexit Referendum. Possible Future Scenarios in the Polish Example. *Journal of Globalization Studies*, 9(2), 3–17. <https://doi.org/10.30884/jogs/2018.02.01>
- Bircan, T., Purkayastha, D., Ahmad-Yar, A. W., Lotter, K., Iakono, C. Dello, Göler, D., Stanek, M., Yilmaz, S., Solano, G., & Ünver, Ö. (2020). *Gaps in Migration Research. Review of migration theories and the quality and compatibility of migration data on the national and international level*. <http://www.hummingbird-h2020.eu/>
- Bongardt, A., & Torres, F. (2017). Sobre a Lógica e Termos da Saída do Reino Unido da União Europeia. *Nação e Defesa*, 147, 18–38. https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD147/NeDef147_Abstrat_AnnetteBongardt_FranciscoTorres.pdf
- Brettell, C. (2019). Foreword. Em C. Pereira & J. Azevedo (Eds.), *New and Old Routes of Portuguese Emigration - Uncertain Futures at the Periphery of Europe* (pp. v–vii). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-15134-8>
- Cerdeira, L., Machado-Taylor, M. de L., Patrocínio, T., & Cabrito, B. (2015). “Exportar” mão-de-obra qualificada a custo zero: quanto perde Portugal com a “fuga de cérebros”? *Revista Educação em Questão*, 53(39), 45–75. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v53n39id8531>
- Chang, W. W. (2018). Brexit and its economic consequences. *World Economy*, 41(9), 2349–2373. <https://doi.org/10.1111/twec.12685>
- Clemens, M. A. (2011). Economics and Emigration: Trillion-Dollar Bills on the Sidewalk? *Journal of Economic Perspectives*, 25(3), 83–106. <https://doi.org/10.1257/jep.25.3.83>
- Comissão Europeia. (2008). *NACE Rev. 2 – Statistical classification of economic activities in the*

European Community.

- Comissão Europeia. (2020a). *A União Europeia O que é e o que faz*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://doi.org/10.2775/521427>
- Comissão Europeia. (2020b). *Brexit — Como se preparar para o final do período de transição*. https://ec.europa.eu/taxation_customs/uk-withdrawal%02pt_en
- Comissão Europeia. (2020c). *European Skills, Competences, Qualifications and Occupations (ESCO)*. https://ec.europa.eu/esco/portal/escopedia/European_Skills_44__Competences_44__Qualifications_and_Occupations__40_ESCO_41_?resetLanguage=true&newLanguage=pt
- Conselho Europeu. (2020). *Brexit - Síntese*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-uk-after-referendum/>
- Crafts, N. (2016). The Growth Effects of EU Membership for the UK: Review of the evidence. Em *Global Perspectives Series: Paper 7*.
- Czaika, M., & Reinprecht, C. (2020). *Drivers of migration: A synthesis of knowledge* (N. 163; IMI Working Paper Series 2020).
- D'Angelo, A., & Kofman, E. (2018). From Mobile Workers to Fellow Citizens and Back Again? The Future Status of EU Citizens in the UK. *Social Policy & Society*, 17(2), 331–343. <https://doi.org/10.1017/S1474746417000495>
- Gheasi, M., & Nijkamp, P. (2017). A Brief Overview of International Migration Motives and Impacts, with Specific Reference to FDI. *Economies*, 5(3)(31). <https://doi.org/10.3390/economies5030031>
- Goldin, I., Pitt, A., Nabarro, B., & Boyle, K. (2018). *Migration and The Economy: Economic Realities, Social Impacts & Political Choices*
- Gomes, R. M., Lopes, J. T., Silva, J. P., Ganga, R., Vaz, H., Cerdeira, L., Cabrito, B., Magalhães, D., Machado-Taylor, M. L., Peixoto, P., Brites, R., Silva, S., & Patrocínio, T. (2019). *A emigração portuguesa qualificada: êxodo ou diáspora?* https://doi.org/10.14195/978-989-26-1707-7_1
- Government of the United Kingdom. (2020). *The UK's points-based immigration system: information for EU citizens*. <https://www.gov.uk/guidance/the-uks%02points-based-immigration-system-information-for-eu-citizens>
- Hatton, T. J., & Williamson, J. G. (1994). What Drove the Mass Migrations from Europe in the Late Nineteenth Century? *Population and Development Review*, 20(3), 533–559. <https://doi.org/10.2307/2137600>

- Hatzigeorgiou, A., & Lodefalk, M. (2021). A literature review of the nexus between migration and internationalization. *Journal of International Trade and Economic Development*, 30(3), 319–340. <https://doi.org/10.1080/09638199.2021.1878257>
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos 2011*. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao
- King, R. (2019). New Migration Dynamics on the South-Western Periphery of Europe: Theoretical Reflections on the Portuguese. Em C. Pereira & J. Azevedo (Eds.), *New and Old Routes of Portuguese Emigration - Uncertain Futures at the Periphery of Europe* (pp. 267–281). Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-15134-8>
- King, R., & Pratsinakis, M. (2020). Special Issue Introduction: Exploring the Lived Experiences of Intra-EU Mobility in an Era of Complex Economic and Political Change. *International Migration*, 58(1). <https://doi.org/10.1111/imig.12682>
- Kuhnt, J. (2019). *Literature Review: Drivers of Migration - Why Do People Leave Their Homes? Is There an Easy Answer? A Structured Overview of Migratory Determinants* (9/2019). <https://doi.org/10.23661/dp9.2019>
- Luthra, R. R. (2020). Mitigating the hostile environment: the role of the workplace in EU migrant experience of Brexit Mitigating the hostile environment: the role of the workplace. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1726173>
- Mccarthy, H. N. J. (2019). Spanish nationals' future plans in the context of Brexit. *Popul Space Place*, July 2018, 1–14. <https://doi.org/10.1002/psp.2202>
- Mcghee, D., Moreh, C., & Vlachantoni, A. (2017). An 'undeliberate determinacy'? The changing migration strategies of Polish migrants in the UK in times of Brexit strategies of Polish migrants in the UK in times of Brexit. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(13), 2109–2130. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1299622>
- Moreh, C., McGhee, D., & Vlachantoni, A. (2016). Should I stay or should I go? Strategies of EU citizens living in the UK in the context of the EU referendum. *ESRC Centre for Population Change Briefing Paper* 35, May, 3–6. https://ray.yorks.ac.uk/id/eprint/3037/1/BP35_Should_I_stay_or_should_I_go.pdf
- Munyama, K. (2018). *The implications of Brexit for migration* (Committee on Migration, Refugees and Displaced Persons)

- Observatório da Emigração. (2020). *Portuguese Emigration Factbook 2019*.
<https://doi.org/10.15847/CIESOEMFB2019>
- Observatório da Emigração. (2021a). *Países - Reino Unido*.
<http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=76>
- Observatório da Emigração. (2021b). *Portuguese Emigration Factbook 2020*.
<https://doi.org/10.15847/CIESOEMFB2020>
- OCDE. (2014). Is migration good for the economy ? *Migration Policy Debates*, May.
- Office for National Statistics. (2020). *Population of the UK by country of birth and nationality*.
<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/datasets/populationoftheunitedkingdombycountryofbirthandnationality>
- Organização das Nações Unidas - Departamento de Assuntos Económicos e Sociais [UN DESA]. (1998). *Recommendations on Statistics of International Migration - Revision 1* (N. 58; M).
- Organização Internacional para as Migrações. (2019a). *Glossary on Migration*. www.iom.int
- Organização Internacional para as Migrações. (2019b). *World Migration Report 2020*.
https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf
- Parlamento Europeu. (2020). *Fichas temáticas sobre a UE - Livre circulação de pessoas*.
<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/147/livre%02circulacao-de-pessoa>
- Pereira, C. (2019). A New Skilled Emigration Dynamic: Portuguese Nurses and Recruitment in the Southern European Periphery. Em C. Pereira & J. Azevedo (Eds.), *New and Old Routes of Portuguese Emigration - Uncertain Futures at the Periphery of Europe* (p. 121). Springer International Publishing.
- Pereira, C., & Azevedo, J. (2019). The Fourth Wave of Portuguese Emigration: Austerity Policies, European Peripheries and Postcolonial Continuities. Em C. Pereira & J. Azevedo (Eds.), *New and Old Routes of Portuguese Emigration - Uncertain Futures at the Periphery of Europe* (pp. 1–26). Springer International Publishing.
<https://doi.org/10.1007/978-3-030-15134-8>
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 94, 9–38.
<https://doi.org/10.7458/SPP20209419573>
- Portes, J. (2019). The Economics of Migration. *Contexts*, 18(2), 12–17.

- <https://doi.org/10.1177/1536504219854712>
- Ramos, M. C. P. (2007). Imigração, Desenvolvimento e Competitividade em Portugal. *Revista Economia e Sociologia*, 84, 71.
- Ramos, M. C. P. (2013). Mobilidades qualificadas e empreendedoras no contexto dos movimentos migratórios contemporâneos e da crise económica. *Revista Ambivalência*, 1(2), 73–99.
- Ramos, M. C. P. (2000). Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment. Em OCDE (Ed.), *Globalisation, Migration and Development* (pp. 158–179).
- Rocha, R. X. (2018). *O brexit e os imigrantes portugueses no Reino Unido* [Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36585>
- Rocha, R. X., McGarrigle, J., & Esteves, A. (2020). *O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido* (N. 7; OEm Working Papers). <https://doi.org/10.15847/CIESOEMWP062020>
- Saleh, A., & Bista, K. (2017). Examining Factors Impacting Online Survey Response Rates in Educational Research: Perceptions of Graduate Students. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 13(29), 63–74. http://journals.sfu.ca/jmde/index.php/jmde_1/article/view/487
- Sime, D., Moskal, M., & Tyrrell, N. (2020). Sime et al. *Central and East European Migration Review CEEMR - Special Issue on Brexit and Beyond: Transforming Mobility and Immobility*, 9(1).
- Simionescu, M., Strielkowski, W., & Kalyugina, S. (2017). The Impact Of Brexit On Labour Migration and Labour Markets. *Terra Economicus*, 15(1), 148–156.
- Smith, J. (2017). *The United Kingdom's Journeys into and out of the European Union* (1.^a ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315188171>
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha* (Lisboa). PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Sredanovic, D. (2020). Brexit as a Trigger and an Obstacle to Onwards and Return Migration. *International Migration*. <https://doi.org/10.1111/imig.12712>
- The Migration Observatory. (2020). *Net migration to the UK*. <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/long-term-international%02migration-flows-to-and-from-the-uk/%0D>
- Trąbka, A., & Pustulka, P. (2020). Bees & butterflies: Polish migrants' social anchoring, mobility and risks post-Brexit. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(13), 2664–2681.

- <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1711721>
- Vargas-Silva, C. (2016). EU Migration to and from the UK After Brexit. *Leibniz Information Centre for Economics*, 251–255. <https://doi.org/10.1007/s10272-016-0613-z>
- Wadsworth, J. (2015). *Immigration and the UK Labour Market*. <http://cep.lse.ac.uk>
- Welfens, P. J. J., & Hanrahan, D. (2017). The Brexit Dynamics : British and EU27 - Challenges After the EU Referendum. *Intereconomics*, 52(5), 302–307. <https://doi.org/10.1007/s10272-017-0693-4>

Anexos

Anexo I - Inquérito por Questionário *Online*

Secção 1

Migração Portuguesa no Reino Unido – Que Futuro com o *Brexit*?



O meu nome é Beatriz Leite e frequento o Mestrado em Economia e Gestão Internacional da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP). No âmbito da minha dissertação, intitulada “Migração Portuguesa no Reino Unido – Que Futuro com o *Brexit*?”, estou a desenvolver uma investigação onde pretendo aferir se a nova condição do Reino Unido, em consequência do *Brexit*, está a afetar os planos futuros dos migrantes portugueses residentes nesse território.

Neste âmbito, **E CASO SEJA UM MIGRANTE PORTUGUÊS A RESIDIR, ATUALMENTE, NO REINO UNIDO**, convido-o a responder a este inquérito. Antes de participar, por favor, leia a seguinte informação:

- **OBJETIVO** - Este inquérito foca-se em captar características sociodemográficas relevantes dos participantes, a sua história migratória, as perceções e mudanças já sentidas resultantes do novo estatuto do cidadãos da União Europeia no Reino Unido, assim como as suas intenções migratórias futuras.
- **TEMPO** - O preenchimento deste inquérito demora cerca de 10-15 minutos.
- **PARTICIPAÇÃO E DESISTÊNCIA** - A participação neste estudo é totalmente voluntária, podendo retirar-se a qualquer momento, ou recusar participar, sem qualquer prejuízo.

- **CONFIDENCIALIDADE** - As respostas providenciadas pelo participante são anónimas e confidenciais, assim como os dados pessoais fornecidos, de acordo com as normas do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Caso pretenda colocar questões e esclarecer dúvidas acerca deste estudo, basta contactar-me através do seguinte *email*: up201900959@edu.fep.up.pt. Desde já, muito obrigada pela sua disponibilidade! Se, após a leitura destas informações, decidir participar no presente inquérito, avance para a próxima secção.

Secção 2

First Things First

Nesta secção, serão recolhidas informações acerca das principais características sociodemográficas dos respondentes.

NATURALIDADE (país onde nasceu): *

(lista de países)

NACIONALIDADE (país onde é titular de cidadania): *

(lista de países)

Caso possua OUTRA NACIONALIDADE, informe-nos acerca da mesma:

(lista de países)

Já era migrante no Reino Unido ANTES de 1 de janeiro de 2021? *

☐ Sim ☐ Não

(se seleccionar “Sim”, avança para a próxima secção; se seleccionar “Não”, termina o inquérito)

Secção 3

First Things First

Nesta secção, serão recolhidas informações acerca das principais características sociodemográficas dos respondentes.

GÉNERO: *

☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outro

FAIXA ETÁRIA: *

- ☐ < 18 anos ☐ 18 – 29 anos ☐ 30 – 39 anos
☐ 40 – 49 anos ☐ 50 – 59 anos ☐ > 59 anos

Nível de HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: *

- | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|-----------------|
| ○ 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano) | ○ Ensino Secundário (12º ano) | ○ Pós-Graduação |
| ○ 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano) | ○ Licenciatura | ○ Mestrado |
| ○ 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano) | ○ Bacharelato | ○ Doutoramento |

Nível de proficiência na LÍNGUA INGLESA: *

- ☐ Muito Baixo ☐ Baixo ☐ Moderado ☐ Alto ☐ Muito Alto

ESTADO CIVIL: *

- ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União de Facto ☐ Outro (divorciado(a) ou viúvo(a))

(se seleccionar “Casado(a)” ou “União de Facto”, responde à próxima secção; se não, avança diretamente para a secção 5)

Número de FILHOS e a sua NATURALIDADE: *

- ☐ Nenhum ☐ Mais do que 1, nascidos em Portugal e no Reino Unido
☐ 1 ou mais, nascido(s) em Portugal ☐ Outra situação
☐ 1 ou mais, nascido(s) no Reino Unido

Secção 4

First Things First

Nesta secção, serão recolhidas informações acerca das principais características sociodemográficas dos respondentes.

NATURALIDADE (país de nascimento) do seu cônjuge ou da pessoa com quem vive em união de facto: *

(lista de países)

Secção 5

Percurso Migratório

Nesta secção, será questionado(a) acerca da sua história migratória.

Já foi migrante NOUTRO país (não considerar Portugal e Reino Unido)? *

- ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu “SIM” à pergunta anterior, indique-nos o(s) país(es) onde foi migrante:

(espaço para texto de resposta curta)

ANO de migração para o Reino Unido: *

(espaço para texto de resposta curta)

PAÍS do Reino Unido em que vive: *

- ☐ Inglaterra ☐ Escócia ☐ Irlanda do Norte ☐ País de Gales

(se seleccionar “Inglaterra”, responde à secção 6 e não responde às secções 7, 8 e 9; se seleccionar “Escócia”, responde à secção 7 e não responde às secções 6, 8 e 9; se seleccionar “Irlanda do Norte”, responde à secção 8 e não responde às secções 6, 7 e 9; se seleccionar “País de Gales”, responde à secção 9 e não responde às secções 6, 7 e 8)

Secção 6

Percurso Migratório

REGIÃO de Inglaterra em que vive: *

- ☐ East Midlands ☐ North East ☐ South West
☐ East of England ☐ North West ☐ West Midlands
☐ London ☐ South East ☐ Yorkshire and the Humber

Secção 7

Percurso Migratório

DISTRITO da Escócia em que vive: *

- | | | |
|-------------------------------------|---|---|
| ☐ Aberdeenshire | ☐ East Lothian | ☐ Orkney Islands |
| ☐ Angus | ☐ East Renfrewshire | ☐ Perth and Kinross |

- | | | |
|-------------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| ○ Argyll and Bute | ○ Falkirk | ○ Renfrewshire |
| ○ City of Aberdeen | ○ Fife | ○ Scottish Borders |
| ○ City of Edinburgh | ○ Highland | ○ Shetland Islands |
| ○ City of Glasgow | ○ Inverclyde | ○ South Ayrshire |
| ○ Clackmannanshire | ○ Midlothian | ○ South Lanarkshire |
| ○ Dumfries and Galloway | ○ Moray | ○ Stirling |
| ○ Dundee | ○ Na h-Eileanan Siar (Western Isles) | ○ West Dunbartonshire |
| ○ East Ayrshire | ○ North Ayrshire | ○ West Lothian |
| ○ East Dunbartonshire | ○ North Lanarkshire | |

Secção 8

Percorso Migratório

DISTRITO da Irlanda do Norte em que vive: *

- | | | |
|------------------------------|----------------------------|---------------------|
| ○ Antrim and Newtownabbey | ○ Causeway Coast and Glens | ○ Mid-Ulster |
| ○ Ards and North Down | ○ Derry City and Strabane | ○ Newry, Mourne and |
| ○ Armagh City, Banbridge and | ○ Fermanagh and Omagh | Down |
| Craigavon | ○ Lisburn and Castlereagh | |
| ○ Belfast | ○ Mid and East Antrim | |

Secção 9

Percorso Migratório

DISTRITO do País de Gales em que vive: *

- | | | | |
|-------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| ○ Blaenau Gwent | ○ Conwy | ○ Monmouthshire | ○ Swansea |
| ○ Bridgend | ○ Denbighshire | ○ Neath Port Talbot | ○ Torfaen |
| ○ Caerphilly | ○ Flintshire | ○ Newport | ○ Vale of Glamorgan |
| ○ Cardiff | ○ Gwynedd | ○ Pembrokeshire | ○ Wrexham |
| ○ Carmarthenshire | ○ Isle of Anglesey | ○ Powys | |
| ○ Ceredigion | ○ Merthyr Tydfil | ○ Rhondda Cynon Taf | |

Secção 10

Percurso Migratório

Porque decidiu sair de Portugal? Para responder às próximas questões, reflita sobre PORTUGAL apenas.

Assinale os fatores ECONÓMICOS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal (poderá seleccionar todas as opções ou nenhuma):

- Condições económicas e de negócio desfavoráveis
- Mercado de trabalho e empregabilidade desfavoráveis
- Desenvolvimento rural/urbano e padrões de vida insatisfatórios
- Pobreza e desigualdade acentuadas

Assinale os fatores AMBIENTAIS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Alterações climáticas e condições ambientais
- Desastres naturais e choques ambientais

Assinale os fatores DEMOGRÁFICOS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Dinâmicas da população (envelhecimento, mortalidade, fertilidade, etc.)
- Tamanho e estrutura familiar

Assinale os fatores de DESENVOLVIMENTO HUMANO que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Serviços educacionais e oportunidades de formação desfavoráveis
- Serviços e condições de saúde desfavoráveis

Assinale os fatores INDIVIDUAIS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal

- Recursos pessoais e experiências migratórias
- Aspirações e atitudes migratórias

Assinale os fatores POLÍTICO-INSTITUCIONAIS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Infraestruturas, serviços e provisões públicas insatisfatórias

- Gestão e infraestruturas migratórias
- Políticas migratórias e outras políticas públicas
- Direitos civis e políticos desfavoráveis

Assinale os fatores de SEGURANÇA que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Conflitos, guerras e violência
- Situação política, repressão e transições de regime

Assinale os fatores SOCIOCULTURAIS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Comunidades e redes migratórias
- Normas e laços culturais desfavoráveis
- Relações de género desfavoráveis

Assinale os fatores SUPRANACIONAIS que influenciaram a sua decisão de saída de Portugal:

- Globalização
- Laços transnacionais
- Relações internacionais e transformações geopolíticas

Secção 11

Percurso Migratório

Porque escolheu o Reino Unido como destino migratório? Para responder às próximas questões, reflita sobre o Reino Unido apenas.

Assinale os fatores ECONÓMICOS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório (poderá selecionar todas as opções ou nenhuma):

- Condições económicas e de negócio favoráveis
- Mercado de trabalho e empregabilidade favoráveis
- Desenvolvimento rural/urbano e padrões de vida satisfatórios
- Pobreza e desigualdade reduzidas

Assinale os fatores AMBIENTAIS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Alterações climáticas e condições ambientais
- Desastres naturais e choques ambientais

Assinale os fatores DEMOGRÁFICOS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Dinâmicas da população (envelhecimento, mortalidade, fertilidade, etc.)
- Tamanho e estrutura familiar

Assinale os fatores de DESENVOLVIMENTO HUMANO que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Serviços educacionais e oportunidades de formação favoráveis
- Serviços e condições de saúde favoráveis

Assinale os fatores INDIVIDUAIS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Recursos pessoais (ex.: conhecimento da língua, disponibilidade financeira, etc.) e experiências migratórias
- Aspirações e atitudes migratórias

Assinale os fatores POLÍTICO-INSTITUCIONAIS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Infraestruturas, serviços e provisões públicas satisfatórias
- Gestão e infraestruturas migratórias
- Políticas migratórias e outras políticas públicas favoráveis
- Direitos civis e políticos favoráveis

Assinale os fatores de SEGURANÇA que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Conflitos, guerras e violência
- Situação política, repressão e transições de regime

Assinale os fatores SOCIOCULTURAIS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- Comunidades e redes migratórias
- Normas e laços culturais favoráveis
- Relações de género favoráveis

Assinale os fatores SUPRANACIONAIS que influenciaram a escolha do Reino Unido como destino migratório:

- ☐ Globalização
- ☐ Laços transnacionais
- ☐ Relações internacionais e transformações geopolíticas

Secção 12

Atualidade no Reino Unido

Nesta secção, será questionado(a) acerca da sua condição atual no Reino Unido.

O seu RENDIMENTO ANUAL individual é, aproximadamente: *

- ☐ < £20 000
- ☐ £20 001 - £30 000
- ☐ £30 001 - £40 000
- ☐ £40 001 - £50 000
- ☐ £50 001 - £100 000
- ☐ > £100 000
- ☐ Não sei ou não quero responder

Pertence à POPULAÇÃO: *

- ☐ Inativa (população reformada, pré-reformada, estudantil, incapacitada)
- ☐ Ativa

Principal MEIO DE SUSTENTO no Reino Unido: *

- ☐ Reforma/pensão
- ☐ A cargo da família
- ☐ Rendimento social de inserção
- ☐ Subsídio de desemprego
- ☐ Outros subsídios (ex.: por doença, maternidade, etc.)
- ☐ Bolsa de estudo ou investigação (ou semelhante)
- ☐ Trabalho
- ☐ Outro

(se selecionar “Trabalho”, responde à próxima secção; se não, avança diretamente para a secção 14)

Que tipo de RELAÇÕES ECONÓMICAS tem com Portugal? (poderá selecionar mais do que 1 opção) *

- ☐ Envia remessas regulares para a família, em Portugal
- ☐ Possui / investe em um ou mais negócios em Portugal
- ☐ Visita frequentemente Portugal em lazer
- ☐ Não tenho qualquer relação económica evidente com Portugal

Secção 13

Atualidade no Reino Unido

Nesta secção, será questionado(a) acerca da sua condição atual no Reino Unido.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL atual: *

- ☐ Trabalha por conta de outrem a tempo parcial (*part-time*)
- ☐ Trabalha por conta de outrem a tempo integral
- ☐ Trabalha por conta própria

LÍNGUA que mais usa em CONTEXTO DE TRABALHO: *

- ☐ A sua língua materna
- ☐ Inglês (língua não materna)
- ☐ Outra língua

Qual o SETOR ECONÓMICO em que se insere o seu emprego? Caso possua vários empregos, considere o principal (onde obtém mais rendimentos): *

- ☐ Abastecimento de água e energia, gestão de resíduos e redes de saneamento
- ☐ Processamento de madeira, papel e impressão
- ☐ Administração e defesa pública e atividades de organizações associativas
- ☐ Produção de alimentos, bebidas e tabaco
- ☐ Administração e gestão de empresas
- ☐ Produção de bens de consumo (exceto alimentos, bebidas, tabaco, têxteis, vestuário, couro)
- ☐ Agricultura, silvicultura e pesca
- ☐ Produção de equipamentos de transporte
- ☐ Artes, entretenimento e recreação
- ☐ Produção de equipamentos elétricos, informáticos, produtos eletrónicos e óticos
- ☐ Atividades científicas e técnicas
- ☐ Produção de máquinas e equipamentos, exceto material elétrico
- ☐ Atividades de serviços de TIC
- ☐ Produção de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
- ☐ Atividades veterinárias
- ☐ Produção de têxteis, vestuário, couro, calçado e produtos relacionados
- ☐ Comércio por grosso e a retalho, aluguer e *leasing*
- ☐ Saúde humana e atividades de serviços sociais
- ☐ Construção
- ☐ Serviços pessoais – apoio administrativo, segurança e investigação
- ☐ Educação
- ☐ Transporte e armazenamento
- ☐ Finanças, seguros e imóveis
- ☐ Indústria mineira e pesada
- ☐ Indústria química
- ☐ *Media*

(Lista dos setores de atividade económica definidos pela NACE Rev. 2– *European Classification of Economic Activities* (Comissão Europeia, 2008))

Qual o seu NÍVEL PROFISSIONAL? Em caso de dúvida, consulte a imagem abaixo, onde constam exemplos de profissões de cada nível. Caso possua vários empregos, considere o principal (onde obtém mais rendimentos): *

PROFISSÕES MILITARES	
Oficiais das Forças Armadas comissionados e não comissionados	Outras ocupações nas Forças Armadas
PESSOAL DE CHEFIA E DIREÇÃO	
Chefes executivos, altos funcionários e legisladores	Gerentes de produção e serviços especializados
Gerentes administrativos e comerciais	Gerentes de hospitalidade, retalho e outros serviços
ESPECIALISTAS DAS ATIVIDADES INTELCTUAIS E CIENTÍFICAS	
Profissionais da ciência e engenharia	Profissionais de negócios e administração
Profissionais de saúde	Profissionais de tecnologia da informação e comunicação
Profissionais de ensino	Profissionais jurídicos, sociais e culturais
TÉCNICOS E PROFISSÕES DE NÍVEL INTERMÉDIO	
Técnicos da ciência e engenharia	Técnicos de negócios e administração
Técnicos de saúde	Técnicos de tecnologia da informação e comunicação
Técnicos de ensino	Técnicos jurídicos, sociais e culturais
EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS	
Escriturários gerais e de entrada de dados	Escriturários de registo numérico de materiais
Escriturários de atendimento ao cliente	Outros funcionários de apoio administrativo
PESSOAL DOS SERVIÇOS E VENDEDORES	
Trabalhadores de serviços pessoais	Trabalhadores de cuidados pessoais
Funcionários de vendas	Trabalhadores de serviços de proteção
TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA	
Trabalhadores agrícolas qualificados, orientados para o mercado	Agricultores, pescadores, caçadores e coletores de subsistência
Trabalhadores de silvicultura, pesca e caça qualificados, orientados para o mercado	
OPERÁRIOS, ARTÍFICES E TRABALHADORES SIMILARES	
Trabalhadores de edifícios	Trabalhadores de artesanato e impressão
Trabalhadores de metal, máquinas e itens relacionados	Trabalhadores do setor elétrico e eletrónico
OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS E TRABALHADORES DE MONTAGEM	
Operadores de máquinas e instalações estacionárias	Motoristas e operadores de instalações móveis
	Montadores
TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS / PROFISSÕES ELEMENTARES	
Trabalhadores de limpeza e ajudantes	Assistentes de preparação de alimentos
Trabalhadores agrícolas, florestais e pesqueiros não qualificados	Trabalhadores dos setores da construção, mineiro, de transportes

- Profissões militares
- Pessoal de chefia e direção
- Especialistas das atividades intelectuais e científicas
- Técnicos e profissões de nível intermédio
- Empregados administrativos
- Pessoal dos serviços e vendedores
- Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca
- Operários, artífices e trabalhadores similares
- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- Trabalhadores não qualificados / profissões elementares

(Hierarquia das profissões definida pela ESCO v1.0.8 – *European multilingual classification of skills, competences, qualifications and occupations* (Comissão Europeia, 2020c))

Secção 14

O *Brexit*

No dia 23 de junho de 2016, foi realizado, no Reino Unido, um referendo acerca da sua permanência na União Europeia. A posição anti-UE teve mais apoiantes e, portanto, a decisão do Reino Unido abandonar a comunidade foi estabelecida (*British Exit = Brexit*). O resultado a favor da desintegração teve uma causa principal – a imigração. Para os apoiantes do *Brexit*, a imigração era (e continua a ser) percecionada de forma negativa, já que, de acordo com os seus argumentos, afeta o mercado de trabalho, diminuindo níveis salariais e postos de trabalho disponíveis, e, simultaneamente, sobrecarrega os serviços públicos.

Se pudesse ter participado no REFERENDO DE 2016, teria votado: *

☐ A favor do *Brexit* ☐ Contra o *Brexit* ☐ Não sei ou não quero responder

Justifique a opção escolhida.

(espaço para resposta longa)

Refletindo acerca do seu percurso migratório no Reino Unido, avalie as seguintes frases, numa escala de 1 a 7 (em que 1 = discordo totalmente, 4 = não concordo nem discordo e 7 = concordo totalmente). No Reino Unido: *

	1	2	3	4	5	6	7
Sinto-me “em casa”	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sinto-me inserido(a) e ativo(a) na sociedade	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sinto-me realizado(a) profissionalmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sinto-me realizado(a) pessoalmente	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sinto-me discriminado(a) por ser imigrante	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Avalie as seguintes frases numa escala de 1 a 7 (em que 1 = discordo totalmente, 4 = não concordo nem discordo, 7 = concordo totalmente). Sinto que, em 2021, devido ao fim do período transitório do *Brexit*, as alterações regulamentares impostas aos cidadãos da UE a residir no Reino Unido: *

	1	2	3	4	5	6	7
Aumentaram a discriminação que sofro por ser imigrante	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Pioraram as oportunidades de emprego para imigrantes	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Pioraram o acesso a serviços públicos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Pioraram a minha vida social em geral	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Diminuíram os meus direitos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Secção 15

Futuro no Reino Unido

Nesta secção, será questionado(a) acerca das suas intenções migratórias futuras.

Quando chegou ao Reino Unido, PREVIA aqui residir durante: *

- ☐ < 1 ano ☐ 3 - 5 anos ☐ Sem tempo definido
☐ 1 – 2 anos ☐ 5 – 10 anos ☐ Para sempre

DURANTE OS PRÓXIMOS 6 MESES, perante as alterações regulamentares impostas aos cidadãos da UE a residir no Reino Unido, tenciona: *

- ☐ Sair do Reino Unido ☐ Ficar no Reino Unido

(se seleccionar “Sair do Reino Unido”, responde à próxima secção; se não, avança directamente para a secção 18)

Caso queira justificar a resposta anterior, poderá fazê-lo aqui:

(espaço para resposta longa)

Secção 16

Saída do Reino Unido

Nesta secção, será questionado(a) acerca das suas intenções migratórias futuras.

Depois de sair do Reino Unido, provavelmente IRÁ: *

- ☐ Regressar a Portugal
☐ Migrar para um país da UE

- Migrar para um país não pertencente à UE

(se seleccionar “Migrar para um país da UE” ou “Migrar para um país não pertencente à UE”, responde à próxima secção; se não, avança directamente para a secção 19)

Indique-nos, se possível, o(s) país(es) para o(s) qual(ais) pondera migrar e o porquê de tal escolha:

(espaço para resposta longa)

Secção 17

Saída do Reino Unido

Nesta secção, será questionado(a) acerca das suas intenções migratórias futuras.

No seu novo destino migratório, que tipo de RELAÇÕES ECONÓMICAS pensa continuar ou passar a vir a ter com Portugal? (poderá seleccionar mais do que 1 opção)

- Enviar remessas regulares para a família, em Portugal
- Possuir / investir em um ou mais negócios em Portugal
- Visitar frequentemente Portugal em lazer
- Não ter qualquer relação económica evidente com Portugal

Secção 18

Futuro no Reino Unido

Nesta secção, será questionado(a) acerca das suas intenções migratórias futuras.

ATUALMENTE, antecipa ficar no Reino Unido durante: *

- < 1 ano ○ 3 - 5 anos ○ Sem tempo definido
- 1 – 2 anos ○ 5 – 10 anos ○ Para sempre

Conhece o ESTATUTO DE RESIDENTE (no âmbito do *EU Settlement Scheme*), aplicável aos cidadãos da UE que migraram para o Reino Unido antes de 31 de dezembro de 2020?

- Sim ○ Não

Se respondeu “Sim” à pergunta anterior, COMO CARACTERIZA, em poucas palavras, este estatuto?

(espaço para resposta longa)

Assinale, para cada uma das seguintes frases, a opção que melhor se adequa À SUA SITUAÇÃO (opções - já o fiz, tenciono fazê-lo, não tenciono fazê-lo, não aplicável):

	Já o fiz	Tenciono fazer	Não tenciono fazer	Não aplicável
Solicitação, até julho de 2021, do estatuto de residente permanente (<i>settled status</i>)	☐	☐	☐	☐
Solicitação, até julho de 2021, do estatuto provisório de residente permanente (<i>pre-settled status</i>)	☐	☐	☐	☐
Solicitação de cidadania britânica	☐	☐	☐	☐

Secção 19

Final

Muito obrigada pela sua participação!

Caso queira acrescentar mais algum comentário acerca de como o *Brexit* afetou/afeta o seu percurso migratório no Reino Unido, faça-o aqui:

(espaço para resposta longa)

Caso pretenda conhecer os resultados finais desta investigação, indique-nos o seu *email*:

(espaço para resposta curta)

Nota: todas as questões assinaladas com um asterisco (*), foram de carácter obrigatório.

Anexo II – Resultados do Inquérito por Questionário *Online*

Nota: todas as tabelas deste Anexo são provenientes de elaboração própria.

Tabela 8 – Caracterização da amostra, por naturalidade

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Portugal	438	87,3	87,3
Macau	1	,2	87,5
Moçambique	10	2,0	89,4
Brasil	6	1,2	90,6
Alemanha	2	,4	91,0
Angola	12	2,4	93,4
Guiné-Bissau	5	1,0	94,4
São Tomé e Príncipe	3	,6	95,0
Naturalidade França	4	,8	95,8
África do Sul	5	1,0	96,8
Venezuela	2	,4	97,2
Cabo Verde	8	1,6	98,8
Reino Unido	1	,2	99,0
Suíça	2	,4	99,4
Timor-Leste	2	,4	99,8
Congo-Kinshasa	1	,2	100,0
Total	502	100,0	

Tabela 9 – Caracterização da amostra, por nacionalidades

	Brasil	Reino Unido	Cabo Verde	Outra Nacionalidade	Países Baixos	África do Sul	N.A.
Portugal	4	9	3	1	1	2	478
Nacionalidade Reino Unido	0	0	0	0	0	0	3
África do Sul	0	0	0	0	0	0	1

Tabela 10 – Caracterização da amostra, por género

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Outro	2	,4	,4
Género Feminino	348	69,3	69,7
Masculino	152	30,3	100,0
Total	502	100,0	

Tabela 11 – Caracterização da amostra, por faixa etária

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
18 - 29 anos	94	18,7	18,7
30 - 39 anos	194	38,6	57,4
40 - 49 anos	141	28,1	85,5
50 - 59 anos	61	12,2	97,6
> 59 anos	12	2,4	100,0
Total	502	100,0	

Tabela 12 – Caracterização da amostra, por género e faixa etária

		Género			
		Outro	Feminino	Masculino	Total
Faixa Etária	18 - 29 anos	1	75	18	94
	30 - 39 anos	1	141	52	194
	40 - 49 anos	0	86	55	141
	50 - 59 anos	0	43	18	61
	> 59 anos	0	3	9	12
Total		2	348	152	502

Tabela 13 – Caracterização da amostra, por estado civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Estado Civil	Casado(a)	156	31,1	31,1
	Solteiro(a)	210	41,8	72,9
	União de Facto	87	17,3	90,2
	Outro (divorciado(a) ou viúvo(a))	49	9,8	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 14 – Caracterização da amostra, por estado civil e género

		Estado Civil				
		Casado(a)	Solteiro(a)	União de Facto	Outro (divorciado(a) ou viúvo(a))	Total
Género	Outro	0	1	1	0	2
	Feminino	98	156	57	37	348
	Masculino	58	53	29	12	152
	Total	156	210	87	49	502

Tabela 15 – Caracterização da amostra, por número de filhos e sua naturalidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Número de Filhos	Não tenho filhos	240	47,8	47,8
	1 ou mais, nascido(s) em Portugal	104	20,7	68,5
	1 ou mais, nascido(s) no Reino Unido	102	20,3	88,8
	Mais do que 1, nascidos em Portugal e no Reino Unido	45	9,0	97,8
	Outra situação	11	2,2	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 16 – Caracterização da amostra, por número de filhos e sua naturalidade e estado civil

		Número de Filhos					
		Não tenho filhos	1 ou mais, nascido(s) em Portugal	1 ou mais, nascido(s) no Reino Unido	Mais do que 1, nascidos em Portugal e no Reino Unido	Outra situação	Total
Estado Civil	Casado(a)	43	43	42	21	7	156
	Solteiro(a)	155	20	24	10	1	210
	União de Facto	34	15	28	9	1	87
	Outro (divorciado(a) ou viúvo(a))	8	26	8	5	2	49
	Total	240	104	102	45	11	502

Tabela 17 – Caracterização da amostra, por naturalidade do cônjuge ou indivíduo com quem há união de facto

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Naturalidade	África do Sul	3	,6	1,2
	Alemanha	1	,2	1,6
	Angola	4	,8	3,3
	Argélia	2	,4	4,1
	Bangladeche	1	,2	4,5
	Bélgica	1	,2	4,9
	Brasil	8	1,6	8,2
	Bulgária	2	,4	9,1
	Cabo Verde	1	,2	9,5
	China	1	,2	9,9
	Egipto	1	,2	10,3
	Eslováquia	2	,4	11,1
	Espanha	2	,4	11,9
	Estados Unidos da América	1	,2	12,3
	Filipinas	1	,2	12,8
	Finlândia	2	,4	13,6
	França	3	,6	14,8
	Gana	1	,2	15,2
	Guiné-Bissau	2	,4	16,0
	Hungria	1	,2	16,5
	Indonésia	1	,2	16,9
	Irão	2	,4	17,7

	Itália	4	,8	19,3
	Letónia	1	,2	19,8
	Moldávia	1	,2	20,2
	Paraguai	1	,2	20,6
	Polónia	5	1,0	22,6
	Portugal	154	30,7	86,0
	Reino Unido	28	5,6	97,5
	Roménia	2	,4	98,4
	Rússia	1	,2	98,8
	São Tomé e Príncipe	1	,2	99,2
	Tajiquistão	1	,2	99,6
	Venezuela	1	,2	100,0
	Total	243	48,4	
Omisso	Sistema	259	51,6	
Total		502	100,0	

Tabela 18 – Caracterização da amostra, por habilitações literárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Habilitações Literárias	1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	4	,8	,8
	2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	9	1,8	2,6
	3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	45	9,0	11,6
	Ensino Secundário (12º ano)	157	31,3	42,8
	Bacharelato	31	6,2	49,0
	Licenciatura	139	27,7	76,7
	Pós-Graduação	25	5,0	81,7
	Mestrado	81	16,1	97,8
	Doutoramento	11	2,2	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 19 – Caracterização da amostra, por género e habilitações literárias

		Género			Total
		Outro	Feminino	Masculino	
Habilitações Literárias	1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	0	1	3	4
	2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	0	8	1	9
	3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	0	26	19	45
	Ensino Secundário (12º ano)	1	106	50	157
	Bacharelato	0	16	15	31
	Licenciatura	1	104	34	139
	Pós-Graduação	0	15	10	25
	Mestrado	0	66	15	81
	Doutoramento	0	6	5	11
	Total	2	348	152	502

Tabela 20 – Caracterização da amostra, por faixa etária e habilitações literárias

		Faixa Etária				Total
		18 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 59 anos	> 59 anos
Habilitações Literárias	1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	0	0	4	0	0
	2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	0	2	4	3	0
	3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	8	11	12	12	2
	Ensino Secundário (12º ano)	27	43	56	26	5
	Bacharelato	7	8	12	3	1
	Licenciatura	34	63	32	7	3
	Pós-Graduação	1	12	6	6	0
	Mestrado	15	49	13	3	1
	Doutoramento	2	6	2	1	0
	Total	94	194	141	61	12

Tabela 21 – Caracterização da amostra, por domínio da língua inglesa

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Domínio da Língua Inglesa	Muito Baixo	1	,2	,2
	Baixo	13	2,6	2,8
	Moderado	95	18,9	21,7
	Alto	169	33,7	55,4
	Muito Alto	224	44,6	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 22 – Caracterização da amostra, por percurso migratório passado

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Percurso Migratório – já tinha sido imigrante noutra país?	Sim	112	22,3	22,3
	Não	390	77,7	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 23 – Caracterização da amostra, por destinos migratórios passados

		N	Percentagem	Percentagem de casos
Países de Migração	Estados Unidos da América	10	7,2%	8,9%
	Alemanha	7	5,1%	6,3%
	África do Sul	10	7,2%	8,9%
	Suíça	10	7,2%	8,9%
	Canadá	1	0,7%	0,9%
	Angola	5	3,6%	4,5%
	Áustria	3	2,2%	2,7%
	Andorra	1	0,7%	0,9%
	Bélgica	8	5,8%	7,1%
	Brasil	4	2,9%	3,6%
	China	3	2,2%	2,7%
	Espanha	20	14,5%	17,9%
	Filipinas	1	0,7%	0,9%
	França	17	12,3%	15,2%
	Itália	3	2,2%	2,7%
	Luxemburgo	2	1,4%	1,8%
	Malta	1	0,7%	0,9%
	Moçambique	4	2,9%	3,6%
	Noruega	3	2,2%	2,7%
	Países Baixos	11	8,0%	9,8%
	Perú	1	0,7%	0,9%
	Polónia	1	0,7%	0,9%
	República da Irlanda	6	4,3%	5,4%
	Suécia	2	1,4%	1,8%
	Timor-Leste	1	0,7%	0,9%
	Venezuela	1	0,7%	0,9%
	Guernsey	2	1,4%	1,8%
	Total	138	100,0%	123,2%

Tabela 24 – Caracterização da amostra, por menor, maior e mais frequente ano de chegada ao Reino Unido

Ano de Chegada ao Reino Unido		
N	Válido	502
	Omisso	0
Modo	2015	
Mínimo	1970	
Máximo	2020	

Tabela 25 – Caracterização da amostra, por ano de chegada ao Reino Unido

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Ano de Chegada ao Reino Unido	1970	2	,4	,4
	1984	1	,2	,6
	1985	1	,2	,8
	1986	1	,2	1,0
	1989	3	,6	1,6
	1990	2	,4	2,0
	1991	1	,2	2,2
	1992	2	,4	2,6
	1993	1	,2	2,8
	1995	3	,6	3,4
	1996	3	,6	4,0
	1997	2	,4	4,4
	1998	5	1,0	5,4
	1999	4	,8	6,2
	2000	5	1,0	7,2
	2001	5	1,0	8,2
	2002	3	,6	8,8
	2003	8	1,6	10,4

2004	9	1,8	12,2
2005	5	1,0	13,1
2006	11	2,2	15,3
2007	5	1,0	16,3
2008	4	,8	17,1
2009	8	1,6	18,7
2010	5	1,0	19,7
2011	18	3,6	23,3
2012	40	8,0	31,3
2013	32	6,4	37,6
2014	57	11,4	49,0
2015	73	14,5	63,5
2016	48	9,6	73,1
2017	35	7,0	80,1
2018	40	8,0	88,0
2019	39	7,8	95,8
2020	21	4,2	100,0
Total	502	100,0	

Tabela 26 – Caracterização da amostra, por país de residência no Reino Unido

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
País de Residência no Reino Unido	Inglaterra	434	86,5	86,5
	Escócia	54	10,8	97,2
	Irlanda do Norte	5	1,0	98,2
	País de Gales	9	1,8	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 27 – Caracterização da amostra, por região de residência em Inglaterra

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Região de Residência em Inglaterra	East Midlands	29	5,8	6,7
	East of England	25	5,0	12,4
	London	129	25,7	42,2
	North East	16	3,2	45,9
	North West	28	5,6	52,3
	South East	92	18,3	73,5
	South West	69	13,7	89,4
	West Midlands	29	5,8	96,1
	Yorkshire and the Humber	17	3,4	100,0
	Total	434	86,5	
Omisso	Sistema	68	13,5	
Total		502	100,0	

Tabela 28 – Caracterização da amostra, por distrito de residência na Escócia

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Distrito de Residência na Escócia	Aberdeenshire	2	,4	3,7
	City of Aberdeen	4	,8	11,1
	City of Edinburgh	15	3,0	38,9
	City of Glasgow	6	1,2	50,0
	East Ayrshire	1	,2	51,9
	East Dunbartonshire	1	,2	53,7
	East Lothian	1	,2	55,6
	Fife	5	1,0	64,8
	Highland	4	,8	72,2
	Inverclyde	1	,2	74,1
	Midlothian	4	,8	81,5
	Moray	1	,2	83,3
	Perth and Kinross	1	,2	85,2
	Renfrewshire	2	,4	88,9
	South Lanarkshire	2	,4	92,6
	Stirling	1	,2	94,4
	West Lothian	3	,6	100,0
	Total	54	10,8	
Omisso	Sistema	448	89,2	
Total		502	100,0	

Tabela 29 – Caracterização da amostra, por distrito de residência na Irlanda do Norte

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Distrito de Residência na Irlanda do Norte	Armagh City, Banbridge and Craigavon	3	,6	60,0
	Belfast	1	,2	80,0
	Mid-Ulster	1	,2	100,0
	Total	5	1,0	
Omisso	Sistema	497	99,0	
Total		502	100,0	

Tabela 30 – Caracterização da amostra, por distrito de residência no País de Gales

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Distrito de Residência no País de Gales	Cardiff	3	,6	33,3
	Flintshire	1	,2	44,4
	Merthyr Tydfil	1	,2	55,6
	Monmouthshire	1	,2	66,7
	Swansea	2	,4	88,9
	Vale of Glamorgan	1	,2	100,0
	Total	9	1,8	
Omisso	Sistema	493	98,2	
Total		502	100,0	

Tabela 31 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Rendimento Anual Individual	< £20 000	101	20,1	20,1
	£20 001 - £30 000	182	36,3	56,4
	£30 001 - £40 000	107	21,3	77,7
	£40 001 - £50 000	37	7,4	85,1
	£50 001 - £100 000	40	8,0	93,0
	> £100 000	7	1,4	94,4
	Não sei ou não quero responder	28	5,6	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 32 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual e habilitações literárias

		Rendimento Anual Individual						Não sei ou não quero responder	Total
		< £20 000	£20 001 - £30 000	£30 001 - £40 000	£40 001 - £50 000	£50 001 - £100 000	> £100 000		
Habilitações Literárias	1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	1	3	0	0	0	0	0	4
	2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	5	2	1	0	0	0	1	9
	3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	13	19	3	2	4	0	4	45
	Ensino Secundário (12º ano)	46	61	31	4	3	1	11	157
	Bacharelato	7	11	4	4	3	0	2	31
	Licenciatura	17	58	32	13	12	2	5	139
	Pós-Graduação	2	7	7	4	3	2	0	25
	Mestrado	10	19	27	7	13	2	3	81
	Doutoramento	0	2	2	3	2	0	2	11
Total		101	182	107	37	40	7	28	502

Tabela 33 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual e faixa etária

		Rendimento Anual Individual						Não sei ou não quero responder	Total
		< £20 000	£20 001 - £30 000	£30 001 - £40 000	£40 001 - £50 000	£50 001 - £100 000	> £100 000		
Faixa Etária	18 - 29 anos	29	40	11	4	3	0	7	94
	30 - 39 anos	29	66	49	20	20	2	8	194
	40 - 49 anos	26	55	29	7	12	4	8	141
	50 - 59 anos	14	20	15	3	4	1	4	61
	> 59 anos	3	1	3	3	1	0	1	12
Total		101	182	107	37	40	7	28	502

Tabela 34 – Caracterização da amostra, por nível de rendimento anual individual e género

		Rendimento Anual Individual						Total
		< £20 000	£20 001 - £30 000	£30 001 - £40 000	£40 001 - £50 000	£50 001 - £100 000	> £100 000	
Género	Outro	0	2	0	0	0	0	2
	Feminino	92	125	70	16	19	4	348
	Masculino	9	55	37	21	21	3	152
Total		101	182	107	37	40	7	502

Tabela 35 – Caracterização da amostra, por pertença à população ativa ou inativa

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
População			
Ativa	487	97,0	97,0
Inativa	15	3,0	100,0
Total	502	100,0	

Tabela 36 – Caracterização da amostra, por modo de sustento no Reino Unido

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Modo de Sustento no Reino Unido	Reforma/Pensão	2	,4	,4
	Rendimento social de inserção	2	,4	,8
	Subsídio de desemprego	3	,6	1,4
	Outros subsídios	6	1,2	2,6
	A cargo da família	8	1,6	4,2
	Bolsa de estudo ou investigação	7	1,4	5,6
	Trabalho	457	91,0	96,6
	Outro	17	3,4	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 37 – Caracterização da amostra, por modo de sustento no Reino Unido e pertença à população ativa ou inativa

		Modo de Sustento no Reino Unido							Total
		Reforma/Pensão	Rendimento social de inserção	Subsídio de desemprego	Outros subsídios	A cargo da família	Bolsa de estudo ou investigação	Trabalho	
População	Ativa	0	1	3	2	5	6	457	487
	Inativa	2	1	0	4	3	1	0	15
Total		2	2	3	6	8	7	457	502

Tabela 38 – Caracterização da amostra, por relações económicas mantidas com Portugal

		N	Percentagem	Percentagem de Casos
Relações Económicas com Portugal	Envia remessas regulares para a família, em Portugal	106	17,2%	21,1%
	Possui / investe em um ou mais negócios em Portugal	38	6,2%	7,6%
	Visita frequentemente Portugal em lazer	368	59,8%	73,3%
	Não tenho qualquer relação económica evidente com Portugal	103	16,7%	20,5%
Total		615	100,0%	122,5%

Tabela 39 – Caracterização da amostra, por situação profissional

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Situação Profissional	Trabalha por conta de outrem a tempo integral	343	68,3	75,1
	Trabalha por conta de outrem a tempo parcial (<i>part-time</i>)	66	13,1	89,5
	Trabalha por conta própria	48	9,6	100,0
	Total	457	91,0	
Omisso	Sistema	45	9,0	
Total		502	100,0	

Tabela 40 – Caracterização da amostra, por língua de trabalho utilizada

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Língua de Trabalho	A sua língua materna	17	3,4	3,7
	Inglês (língua não materna)	439	87,5	99,8
	Outra língua	1	,2	100,0
	Total	457	91,0	
Omisso	Sistema	45	9,0	
Total		502	100,0	

Tabela 41 – Caracterização da amostra, por setor económico laboral

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Setor Económico	Abastecimento de água e energia, gestão de resíduos e redes de saneamento	1	,2	,2
	Administração e defesa pública e atividades de organizações associativas	3	,6	,9
	Administração e gestão de empresas	19	3,8	5,0
	Agricultura, silvicultura e pesca	3	,6	5,7
	Artes, entretenimento e recreação	3	,6	6,3
	Atividades científicas e técnicas	13	2,6	9,2
	Atividades de serviços de TIC	14	2,8	12,3
	Atividades veterinárias	5	1,0	13,3
	Comércio por grosso e a retalho, aluguer e leasing	20	4,0	17,7
	Construção	19	3,8	21,9
	Educação	28	5,6	28,0
	Finanças, seguros e imóveis	21	4,2	32,6
	Hospitalidade e turismo	74	14,7	48,8
	Indústria química	2	,4	49,2
	Media	11	2,2	51,6
	Produção de alimentos, bebidas e tabaco	26	5,2	57,3
	Produção de equipamentos de transporte	3	,6	58,0
	Produção de bens de consumo (exceto alimentos, bebidas, tabaco, têxteis, vestuário, couro)	10	2,0	60,2
	Produção de equipamentos elétricos, informáticos, produtos eletrónicos e óticos	2	,4	60,6
	Produção de máquinas e equipamentos, exceto material elétrico	4	,8	61,5
	Produção de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3	,6	62,1
	Produção de têxteis, vestuário, couro, calçado e produtos relacionados	4	,8	63,0
	Saúde humana e atividades de serviços sociais	121	24,1	89,5
	Serviços pessoais – apoio administrativo, segurança e investigação	25	5,0	95,0
	Transporte e armazenamento	23	4,6	100,0
	Total	457	91,0	
Omisso	Sistema	45	9,0	
Total		502	100,0	

Tabela 42 – Caracterização da amostra, por nível profissional

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Nível Profissional	Profissões militares	2	,4	,4
	Pessoal de chefia e direção	66	13,1	14,9
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	125	24,9	42,2
	Técnicos e profissões de nível intermédio	89	17,7	61,7
	Empregados administrativos	42	8,4	70,9
	Pessoal dos serviços e vendedores	44	8,8	80,5
	Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca	4	,8	81,4
	Operários, artífices e trabalhadores similares	12	2,4	84,0
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5	1,0	85,1
	Trabalhadores não qualificados / Profissões elementares	68	13,5	100,0
	Total	457	91,0	
Omisso	Sistema	45	9,0	
Total		502	100,0	

Tabela 43 – Caracterização da amostra, por habilitações literárias e nível profissional

		Habilitações Literárias									
		1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário (12º ano)	Bacharelato	Licenciatura	Pós-Graduação	Mestrado	Doutoramento	Total
Nível Profissional	Profissões militares	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2
	Pessoal de chefia e direção	1	1	7	17	7	17	4	12	0	66
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0	0	1	7	3	48	15	42	9	125
	Técnicos e profissões de nível intermédio	1	0	9	39	8	22	3	7	0	89
	Empregados administrativos	0	0	2	14	4	18	0	4	0	42
	Pessoal dos serviços e vendedores	0	1	4	18	1	14	0	6	0	44
	Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca	0	0	1	1	0	1	0	1	0	4
	Operários, artífices e trabalhadores similares	1	2	1	6	0	2	0	0	0	12
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	0	0	1	2	0	1	1	0	0	5
	Trabalhadores não qualificados / Profissões elementares	0	5	12	37	2	9	1	2	0	68
Total		3	9	38	142	25	132	25	74	9	457

Tabela 44 – Caracterização da amostra, por intenção de voto no Referendo de 2016

		Frequência	Percentagem	Percentagem acumulativa
Intenção de Voto	Contra o Brexit	435	86,7	86,7
	A favor do Brexit	38	7,6	94,2
	Não sei ou não quero responder	29	5,8	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 45 – Caracterização da amostra, por intenção de voto no Referendo de 2016 e habilitações literárias

		Intenção de Voto			Total
		Contra o Brexit	A favor do Brexit	Não sei ou não quero responder	
Habilitações Literárias	1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	2	1	1	4
	2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)	5	3	1	9
	3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)	35	7	3	45
	Ensino Secundário (12º ano)	127	15	15	157
	Bacharelato	28	2	1	31
	Licenciatura	130	5	4	139
	Pós-Graduação	22	2	1	25
	Mestrado	75	3	3	81
	Doutoramento	11	0	0	11
	Total	435	38	29	502

Tabela 46 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e percepção de discriminação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
<u>Sinto-me "em casa"</u>	1 = Discordo Totalmente	44	8,8	8,8
	2	31	6,2	14,9
	3	55	11,0	25,9
	4 = Não Concordo nem Discordo	87	17,3	43,2
	5	94	18,7	62,0
	6	83	16,5	78,5
	7 = Discordo Totalmente	108	21,5	100,0
	Total	502	100,0	
<u>Sinto-me inserido(a) e ativo(a) na sociedade</u>	1 = Discordo Totalmente	13	2,6	2,6
	2	32	6,4	9,0
	3	31	6,2	15,1
	4 = Não Concordo nem Discordo	50	10,0	25,1
	5	87	17,3	42,4
	6	124	24,7	67,1
	7 = Discordo Totalmente	165	32,9	100,0
	Total	502	100,0	
<u>Sinto-me realizado(a) profissionalmente</u>	1 = Discordo Totalmente	26	5,2	5,2
	2	32	6,4	11,6
	3	37	7,4	18,9
	4 = Não Concordo nem Discordo	70	13,9	32,9
	5	79	15,7	48,6
	6	117	23,3	71,9
	7 = Discordo Totalmente	141	28,1	100,0
	Total	502	100,0	
<u>Sinto-me realizado(a) pessoalmente</u>	1 = Discordo Totalmente	21	4,2	4,2
	2	36	7,2	11,4
	3	41	8,2	19,5
	4 = Não Concordo nem Discordo	59	11,8	31,3
	5	105	20,9	52,2
	6	125	24,9	77,1
	7 = Discordo Totalmente	115	22,9	100,0
	Total	502	100,0	
<u>Sinto-me discriminado(a) por ser imigrante</u>	1 = Discordo Totalmente	196	39,0	39,0
	2	91	18,1	57,2
	3	58	11,6	68,7
	4 = Não Concordo nem Discordo	64	12,7	81,5
	5	55	11,0	92,4
	6	22	4,4	96,8
	7 = Discordo Totalmente	16	3,2	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 47 – Caracterização da amostra, por sentimento de mudança sentido em 2021 com a efetivação do *Brexit*

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
<u>Aumentaram a discriminação que sofro por ser imigrante</u>	1 = Discordo Totalmente	224	44,6	44,6
	2	59	11,8	56,4
	3	38	7,6	63,9
	4 = Não Concordo nem Discordo	90	17,9	81,9
	5	48	9,6	91,4
	6	20	4,0	95,4
	7 = Discordo Totalmente	23	4,6	100,0
	Total	502	100,0	
<u>Pioraram as oportunidades de emprego para imigrantes</u>	1 = Discordo Totalmente	155	30,9	30,9
	2	53	10,6	41,4
	3	38	7,6	49,0
	4 = Não Concordo nem Discordo	120	23,9	72,9
	5	53	10,6	83,5
	6	44	8,8	92,2
	7 = Discordo Totalmente	39	7,8	100,0
	Total	502	100,0	
<u>Pioraram o acesso a serviços públicos</u>	1 = Discordo Totalmente	272	54,2	54,2
	2	57	11,4	65,5
	3	39	7,8	73,3
	4 = Não Concordo nem Discordo	79	15,7	89,0
	5	24	4,8	93,8
	6	16	3,2	97,0
	7 = Discordo Totalmente	15	3,0	100,0
	Total	502	100,0	

Pioraram a minha vida social em geral	Total	502	100,0	
	1 = Discordo Totalmente	261	52,0	52,0
	2	70	13,9	65,9
	3	34	6,8	72,7
	4 = Não Concordo nem Discordo	80	15,9	88,6
	5	30	6,0	94,6
	6	12	2,4	97,0
	7 = Discordo Totalmente	15	3,0	100,0
	Total	502	100,0	
Diminuíram os meus direitos	1 = Discordo Totalmente	244	48,6	48,6
	2	61	12,2	60,8
	3	38	7,6	68,3
	4 = Não Concordo nem Discordo	74	14,7	83,1
	5	31	6,2	89,2
	6	25	5,0	94,2
	7 = Discordo Totalmente	29	5,8	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 48 – Caracterização da amostra, por previsão de permanência no Reino Unido, à chegada

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Previsão de Permanência, à Chegada	< 1 ano	23	4,6	4,6
	1 - 2 anos	37	7,4	12,0
	3 - 5 anos	94	18,7	30,7
	5 - 10 anos	67	13,3	44,0
	Sem tempo definido	247	49,2	93,2
	Para sempre	34	6,8	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 49 – Caracterização da amostra, por intenções migratórias atuais

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Intenções Migratórias Atuais	Ficar no Reino Unido	462	92,0	92,0
	Sair do Reino Unido	40	8,0	100,0
	Total	502	100,0	

Tabela 50 – Caracterização da amostra, por intenções migratórias atuais dos inquiridos que tencionam deixar o Reino Unido

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Intenções Migratórias	Regressar a Portugal	28	5,6	70,0
	Migrar para um país da UE	10	2,0	95,0
	Migrar para um país não pertencente à UE	2	,4	100,0
	Total	40	8,0	
Omisso	Sistema	462	92,0	
Total		502	100,0	

Tabela 51 – Caracterização da amostra, por sentimento de pertença e perceção de discriminação e intenções migratórias atuais

		Sinto-me “em casa”							Total
		1 = Discordo Totalmente	2	3	4 = Não Concordo nem Discordo	5	6	7 = Discordo Totalmente	
	Ficar no RU	30	27	53	80	89	79	104	462
	Sair do Reino Unido	14	4	2	7	5	4	4	40
	Total	44	31	55	87	94	83	108	502
		Sinto-me realizado(a) profissionalmente							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
	Ficar no RU	21	29	30	66	75	108	133	462
	Sair do Reino Unido	5	3	7	4	4	9	8	40
	Total	26	32	37	70	79	117	141	502
		Sinto-me realizado(a) pessoalmente							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
	Ficar no RU	14	31	35	53	100	117	112	462
	Sair do Reino Unido	7	5	6	6	5	8	3	40
	Total	21	36	41	59	105	125	115	502

		Sinto-me inserido(a) e ativo(a) na sociedade						
		1	2	3	4	5	6	7
Ficar no RU		9	27	30	47	76	117	156
Sair do Reino Unido		4	5	1	3	11	7	9
Total		13	32	31	50	87	124	165
								502

Tabela 52 – Caracterização da amostra, por previsão atual de permanência no Reino Unido

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Previsão de Permanência Atual	< 1 ano	3	,6	,6
	1 - 2 anos	25	5,0	6,1
	3 - 5 anos	55	11,0	18,0
	5 - 10 anos	68	13,5	32,7
	Sem tempo definido	253	50,4	87,4
	Para sempre	58	11,6	100,0
	Total	462	92,0	
Omisso	Sistema	40	8,0	
Total		502	100,0	

Tabela 53 – Caracterização da amostra, por faixa etária e previsão atual de permanência no Reino Unido

		Faixa Etária					Total
		18 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 59 anos	> 59 anos	
Previsão de Permanência Atual	< 1 ano	0	2	1	0	0	3
	1 - 2 anos	4	10	7	3	1	25
	3 - 5 anos	12	21	14	8	0	55
	5 - 10 anos	9	32	21	5	1	68
	Sem tempo definido	45	101	67	33	7	253
	Para sempre	15	16	19	7	1	58
	Total	85	182	129	56	10	462

Tabela 54 – Caracterização da amostra, por habilitações literárias e previsão atual de permanência no Reino Unido

		Habilitações Literárias									Total
		1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário (12º ano)	Bacharelato	Licenciatura	Pós-Graduação	Mestrado	Doutoramento	
Previsão de Permanência Atual	< 1 ano	0	1	1	0	0	1	0	0	0	3
	1 - 2 anos	0	0	0	9	3	6	3	4	0	25
	3 - 5 anos	0	1	2	20	3	17	1	7	4	55
	5 - 10 anos	2	1	9	22	2	19	3	8	2	68
	Sem tempo definido	1	5	23	77	20	63	13	48	3	253
	Para sempre	1	1	6	16	2	20	3	8	1	58
	Total	4	9	41	144	30	126	23	75	10	462

Tabela 55 – Caracterização da amostra, por conhecimento do estatuto de residente (no âmbito do *EU Settlement Scheme*)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Conhecimento do Estatuto de Residente	Sim	447	89,0	96,8
	Não	15	3,0	100,0
	Total	462	92,0	
Omisso	Sistema	40	8,0	
Total		502	100,0	

Tabela 56 – Caracterização da amostra, por solicitação de cidadania britânica

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Solicitação de cidadania britânica	Já o fez	16	3,2	3,5
	Tenciono fazê-lo	144	28,7	34,6

	Não tenciono fazê-lo	239	47,6	86,4
	Não aplicável	63	12,5	100,0
	Total	462	92,0	
Omisso	Sistema	40	8,0	
Total		502	100,0	

Tabela 57 – Caracterização da amostra, por sentimentos de pertença e solicitação de cidadania britânica

		1 = Discordo Totalmente	2	3	Sinto-me “em casa” 4 = Não Concordo nem Discordo			5	6	7 = Discordo Totalmente	Total
Solicitação da Cidadania Britânica	Já o fiz	0	1	3	0	1	6	5	16		
	Tenciono fazê-lo	4	10	16	22	28	29	35	144		
	Não tenciono fazê-lo	24	12	25	47	45	36	50	239		
	Não aplicável	2	4	9	11	15	8	14	63		
	Total	30	27	53	80	89	79	104	462		
Sinto-me inserido(a) e ativo(a) na sociedade											
		1	2	3	4	5	6	7	Total		
	Já o fiz	0	1	1	0	3	7	4	16		
	Tenciono fazê-lo	6	6	11	12	19	36	54	144		
	Não tenciono fazê-lo	3	18	15	27	43	58	75	239		
	Não aplicável	0	2	3	8	11	16	23	63		
	Total	9	27	30	47	76	117	156	462		
Sinto-me realizado(a) profissionalmente											
		1	2	3	4	5	6	7	Total		
	Já o fiz	0	1	0	2	2	5	6	16		
	Tenciono fazê-lo	7	11	7	15	22	33	49	144		
	Não tenciono fazê-lo	11	15	15	38	38	57	65	239		
	Não aplicável	3	2	8	11	13	13	13	63		
	Total	21	29	30	66	75	108	133	462		
Sinto-me realizado(a) pessoalmente											
		1	2	3	4	5	6	7	Total		
	Já o fiz	0	1	2	0	1	9	3	16		
	Tenciono fazê-lo	6	9	11	8	37	36	37	144		
	Não tenciono fazê-lo	6	19	17	33	48	60	56	239		
	Não aplicável	2	2	5	12	14	12	16	63		
	Total	14	31	35	53	100	117	112	462		